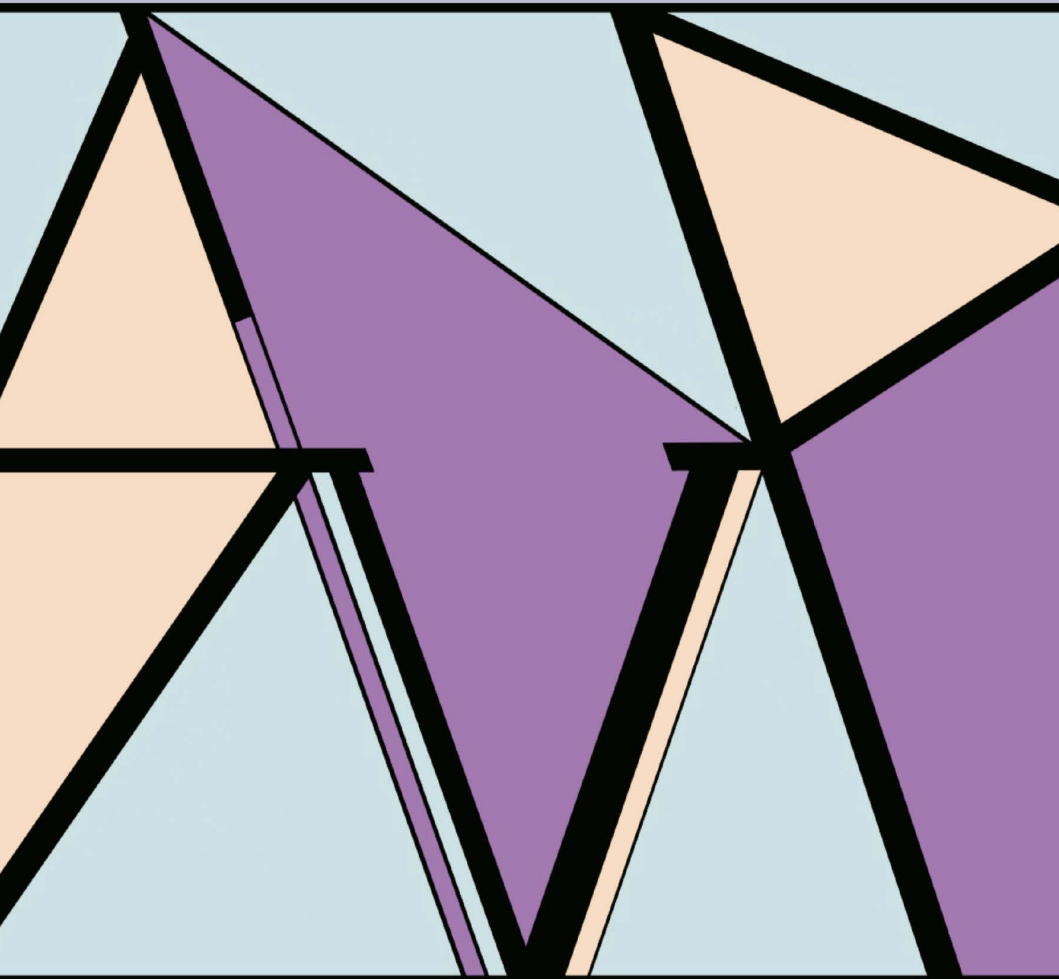


**Proposta de ensino da frase
em língua portuguesa**
Papel sintático e semântico dos elementos
vinculados ao verbo



Aparecida Feola Sella

 **Pedro & João**
editores

**PROPOSTA DE ENSINO DA FRASE
EM LÍNGUA PORTUGUESA**

**PAPEL SINTÁTICO E SEMÂNTICO DOS
ELEMENTOS VINCULADOS AO VERBO**

Aparecida Feola Sella

**PROPOSTA DE ENSINO DA FRASE
EM LÍNGUA PORTUGUESA**

**PAPEL SINTÁTICO E SEMÂNTICO DOS
ELEMENTOS VINCULADOS AO VERBO**

Copyright © Aparecida Feola Sella

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Aparecida Feola Sella

Proposta de ensino da frase em língua portuguesa: papel sintático e semântico dos elementos vinculados ao verbo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 103p.

ISBN 978-65-990019-8-7

1. Estudos de linguagem. 2. Ensino da frase. 3. Papel sintático e semântico. 4. Elementos do verbo. 5. Autora. I. Título.

CDD – 410

Capa: Andersen Bianchi

Arte da Capa: Gabriel Antonio Sella

Diagramação da Capa: Lohana Larissa Mariano Civiero

Revisão: Vanessa Raini de Santana

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

Apresentação	7
1 Verbo: elemento sintático na versão tradicional	11
1.1 O verbo nos manuais tradicionais	16
1.1.1 Oração, sujeito e predicado	17
1.1.2 Sujeito e predicado	23
2 Verbo: centro da oração	29
2.1 A proposta de Tesnière	30
2.2 Contribuição dos teóricos alemães	36
2.3 O verbo na proposta de Fillmore	43
2.3.1 Os casos semânticos	47
2.4 A lista de actantes sugerida por Vilela e Busse.....	53
3 Verbo: uma questão semântica	63
3.1 Grupos e casos semânticos.....	64
3.2 Verbo: noção de complemento verbal	69
3.2.1 Complementos verbais: na tradição gramatical...70	
3.3 Dependência e valência.....	74
4 Verbo: um olhar para o ensino.....	77
5 Verbo: algumas reflexões finais.....	95
Referências.....	99

Apresentação

Este livro decorre de pesquisa desenvolvida por Sella (2000), na tese de doutorado, em que o enfoque foi a estrutura da frase em língua portuguesa. Trata-se de parte da tese que ainda não havia sido publicada em formato de livro.

Objetivamente, algumas observações são necessárias nesta apresentação. A primeira delas reside em uma opção, pautada na visão de que o verbo é o elemento central da frase, formada por uma oração. A outra diz respeito ao conceito de frase. Ignácio (1986/1987), já há algum tempo, explicou que o verbo desencadeia

[...] na sua significação os elementos representativos da dinâmica e da coerência das relações entre os OBJETOS e o universo biofísico em que se localizam. Assim ele deverá traduzir, por um lado, as relações possíveis entre o homem e o mundo que o cerca, assim como todos os fenômenos que envolvem a pessoa humana como ser pensante — tanto no que diz respeito aos sentimentos experimentados quanto às realizações de intercâmbio social. Por outro lado, o VERBO deverá dar conta de todos os fenômenos verificados no universo, ainda que se realizem sem a interferência do homem. Dir-se-á, então, que o VERBO expressa um fato ou um fenômeno que envolve a participação dos OBJETOS num determinado tempo no espaço limitado pelo universo onde tais elementos se localizam (IGNÁCIO, 1986/1987, p. 25).

O autor refere-se à “previsibilidade do verbo, relativa ao número e à natureza dos participantes” (IGNÁCIO, 1986/1987, p. 34) (o que equivale a sujeito, objeto direto e objeto indireto, grosso modo). E o verbo, ao ser concebido como o centro da estrutura da frase, gera a aceitação de que se trata, neste caso em particular, de uma frase formada por uma oração, o que confere uma “frase formalmente mais complexa, tendo em vista a explicitação de elementos linguísticos e a sua estruturação sintática definida” (IGNÁCIO, 1986/1987, p. 18).

O termo frase, aqui, é considerado sinônimo de oração, por vezes, porque se considera somente a frase complexa, formada por um verbo. Não serão consideradas frases formadas por períodos compostos por coordenação e subordinação, uma vez que se pretende apenas lidar com a relação do verbo com os elementos que completam o sentido que o lexema (verbal) rege.

O texto está estruturado de forma a facilitar o entendimento de oração que se distingue do promovido pelos manuais tradicionais. No primeiro capítulo, apresenta-se o verbo como elemento sintático, conforme abordagem disposta na gramática tradicional e mais ampla e comumente difundida. A abordagem do verbo no segundo capítulo, e a que esta obra se dispõe a discutir mais especificamente, apresenta o princípio de que se trata de elemento central da oração, ao qual os demais termos estão subordinados. O terceiro capítulo discorre sobre a organização da estrutura sintático-semântica da oração, considerando os grupos Origem, Suporte, Meta e Circunstancial. No quarto capítulo, em

que se realiza uma abordagem voltada para o ensino, discute-se sobre como a oração (e o verbo) tem sido ensinada em sala de aula, a partir dos livros didáticos. Por fim, o quinto capítulo é reservado para a inserção de comentários finais e conclusivos com relação à abordagem do verbo discutida nos capítulos deste livro.

Externamos agradecimentos à Capes, à Unioeste, e em particular aos Colegiados de Graduação em Letras/*Campus* de Cascavel e aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Acadêmico e Profissional, da Unioeste.

Verbo: elemento sintático na versão tradicional

A análise sintática é apresentada na maioria dos manuais tradicionais como uma forma de descrição da estrutura da oração, composta por uma ou mais orações. A oração recebe como explicação básica ser uma estrutura sintática formada por um verbo, o qual é reconhecido como principal o suficiente para diferenciar uma frase nominal de uma frase verbal.

Mas qual a definição que está sendo repassada atualmente nos mais tradicionais? Começemos a resposta com a definição quase geral de sujeito: “ser de quem se declara alguma coisa”. Na frase *Na minha cidade há muitas praças floridas, com bancos, um chafariz e quiosques de produtos naturais*, declara-se algo sobre “muitas praças floridas”. Pensando no conceito tradicional de predicado, ou seja, “aquilo que se declara do sujeito”, pode-se afirmar que toda a frase é o predicado. Bom, nessa frase não há sujeito. Porque se considera tradicionalmente que o verbo *haver*, com o sentido de existência, não admite sujeito. E agora?

Essas definições não são sintáticas, uma vez que retratam conhecimentos lógico-semânticos expressos na frase em tela. Questões desse nível sequer são tratadas pelos manuais tradicionais. Em alguns trechos dos

respectivos manuais, de forma geral, é possível verificar que alguns detalhes semânticos são mencionados, muitas vezes inscritos sob forma de notas ou observação, sem o devido detalhamento. É necessário lembrar que a gramática tradicional está baseada nos pressupostos lançados ainda no mundo greco-romano, fato refletido na preocupação excessiva com a flexão verbal, com a necessidade de conceituar o verbo a partir de uma divisão em “classes de palavras” e concebê-lo como o núcleo do predicado.

Platão é apontado como o primeiro a fazer distinção entre um componente nominal (**ónoma**) e outro verbal (**rhêma**), embora, como afirma Robins (1983), não tivesse estabelecido explicitamente se os termos se referiam a “palavras ou a locuções ou a ambas unidades” (ROBINS, 1983, p. 21). Segundo Neves (1987), Aristóteles ampliou os conceitos de Platão e forneceu uma definição formal da palavra como unidade linguística. Para a estrutura da oração, manteve a oposição entre nome e verbo e atribuiu a este último termo a temporalidade e a representação do predicado como as características que o distinguem do nome. Para a autora:

o que se tem no *Da Interpretação* é uma teoria voltada para a proposição; o verbo não existe fora dela e é a condição para a sua existência. O verbo acrescenta ao que ele significa tempo, ser (atual) e composição. Assim, só o presente é verbo. Na verdade os juízos só podem enunciar-se no presente (NEVES, 1987, p. 134).

Gardeil (1967) explica que, para São Tomás de Aquino, Aristóteles “não desejou visar, ao afirmar que o

verbo significa **cum tempore**, a diversidade 'passado - presente - futuro', mas somente o modo presente. O passado e o futuro 'declinam' da significação própria do verbo" (GARDEIL, 1967, p. 75).

Os fundamentos aristotélicos foram estudados pelos estoicos, os quais acrescentaram definições mais precisas e perceberam outros aspectos gramaticais do verbo. Classificavam-no como a palavra que indica uma relação com outra coisa (consideração já existente em Aristóteles), e, conforme registra Kristeva (1969), distinguiam as categorias gramaticais de número, voz, modo e tempo.

Segundo Neves (1987), a categoria de voz era enfocada nos estoicos sob o prisma da lógica; não há um enfoque nocional e nem formal. Esses gramáticos referiam-se aos predicados, e os classificavam ativos, passivos e neutros:

Os ativos foram definidos como os que se constroem com um caso para formar um predicado, e os exemplos são *akoúei*, "ouve", *horâ*, "vê", *dialégetai*, "conversa". Os passivos foram definidos como os que se constroem com uma partícula passiva, e os exemplos são *akoúomai*, "sou ouvido", *horômai*, "sou visto". Os neutros têm uma definição negativa, isto é, trata-se daqueles que não são nem uma coisa nem outra, como, por exemplo, *phroneîn*, "ter a faculdade de pensar" (NEVES, 1987, p. 195-196).

Os alexandrinos introduziram alterações nos conceitos estoicos, as quais conferiram à gramática grega um teor mais especializado. Kristeva (1969, p. 138) afirma que Alexandria "assistiu ao desenvolvimento de uma

verdadeira gramática”, direcionada para a linguagem “enquanto objeto organizado em si” (KRISTEVA, 1969, p. 138), distanciando-se da filosofia e da lógica.

Dentre os sábios alexandrinos, Dionísio, o Trácio, foi um dos mais importantes, sendo apontado como grande sistematizador, durante a sua época, das questões gramaticais do grego. Na sua obra *Téchnnē grammatikê*, o verbo, mesclado de considerações estoicas, era definido como a parte do discurso sem flexão de caso, mas flexionada em tempo, pessoa e número, e que “significa atividade ou processo executado ou experimentado”, conforme expõe Robins (1983, p. 27).

Dionísio considera o verbo como a palavra que indica ação praticada ou recebida. Trata-se do primeiro gramático a mencionar a expressão “pessoas do discurso”, e se refere a elas na definição do verbo: a que fala, aquela a quem se fala e aquela de quem se fala (NEVES, 1987). Vale observar que Dionísio classificava o particípio como “a parte do discurso que compartilha das características do verbo e do nome” (ROBINS, 1983, p. 27). Conforme aponta Neves (1987, p. 151), as próprias características do particípio, tais como a “existência de formas ativas e passivas, a regência e a própria distribuição” dificultam a aceitação do particípio na classe dos nomes; bem como a “existência de gêneros e casos” o impede de ser classificado como verbo.

A cultura romana foi influenciada sob vários aspectos pela cultura grega. No tratamento da linguagem, ocorre, propriamente, uma transposição das teorias gregas, adequando-as, quando muito, à realidade latina. Essa situação confere à maioria dos gramáticos

latinos certa acomodação às teorias helênicas. Varrão, porém, é apontado como exceção: não somente copiou as teorias gregas, aplicou-as ao latim com certa originalidade. Neves (1987) explica que na mais importante obra, *De Língua Latina* (mais precisamente no Livro VIII), encontram-se considerações sobre a morfologia verbal, com enfoque na flexão de tempo, pessoa, voz e aspecto.

Na tradição gramatical, verifica-se a distinção entre nome (indicativo de coisas estáveis) e verbo (as coisas em mutação). O verbo é o elemento que agrega as noções de tempo, número, pessoa e voz verbal, o que serve para demonstrar que, de uma forma geral, na maioria das gramáticas, há três perspectivas tomadas do mundo grego: a) uma perspectiva inserida no nível denominado morfológico ou morfossintático, em que o aspecto flexional é o foco das atenções; b) uma perspectiva ainda dita morfológica, mas com um perfil mais semântico, conquanto se concebe que o verbo seja *uma palavra que exprime um fato, que pode ser uma ação, um estado ou fenômeno da natureza*; c) uma perspectiva nomeada sintática, mas que sugere ser o verbo conceituado como núcleo do predicado, e predicado como sendo aquilo que se declara do sujeito.

A *flexão verbal* insere-se, em parte, no rol das regras formais, as quais são amplamente discutidas em trabalhos desenvolvidos por sociolinguistas. Por outro lado, o verbo tem servido de base para o exercício da análise sintática em língua portuguesa, uma vez que é apresentado não só como um termo ao qual estão vinculados sujeito e complementos verbais, além de

adjuntos adverbiais, mas também porque é apresentado como núcleo do predicado e ainda porque são admitidas orações sem sujeito, mas não sem predicado.

1.1 O verbo nos manuais tradicionais

Quatro gramáticas foram aqui consultadas para verificação de como o verbo tem recebido definições no âmbito tradicional, são elas: a *Nossa Gramática: teoria e prática*, de Sacconi (1983); a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (1985); a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (1985); e a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Almeida (1986).

Em boa parte dos manuais tradicionais brasileiros, consta capítulo dedicado à estrutura da oração, com pauta para os termos sujeito e predicado e para os elementos que os compõem. A divisão do conteúdo referente à sintaxe da oração é diferente de um manual para outro. Há enfoque na estrutura interna (análise interna é um termo utilizado, por exemplo, por Cunha e Cintra (1985), para referirem-se à estrutura sujeito/predicado de uma oração absoluta). Na gramática dos autores, por exemplo, 431 páginas separam o estudo *da oração formada por um só verbo* do estudo do *período composto por duas ou mais orações*¹.

¹ Outro exemplo ilustrativo pode ser verificado ao comparar a gramática de Cunha e Cintra (1985) com a de Rocha Lima (1985). Para os primeiros gramáticos, o termo “período” abarca tanto orações formadas por **uma** só forma verbal quanto por duas ou mais. Já para Rocha Lima (1985), período é um termo usado unicamente para definir a “frase formada de **duas** ou mais orações” (ROCHA LIMA, 1985, p. 230).

Os quatro gramáticos aqui citados entendem que na oração há termos cuja existência obedece a uma ordem de prioridade: a) termos essenciais (sujeito e predicado), b) termos integrantes (complemento nominal, complemento verbal e agente da passiva), e c) termos acessórios (adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto). O vocativo é conceituado separadamente por não apresentar uma relação sintática com os demais elementos da oração.

O entendimento da tradição gramatical será aqui aceito parcialmente, uma vez que a visão bipartida da oração não é considerada pressuposto teórico central dos encaminhamentos delineados em todos os capítulos.

1.1.1 Oração, sujeito e predicado

Almeida (1986) identifica a oração em função da presença de formas modais. Por exemplo, em “*Quero que você vá*”, há duas orações porque há duas formas modais de verbo, uma no indicativo (quero) e outra no subjuntivo (vá)” (ALMEIDA, 1986, p. 531-532). Esse gramático apresenta, portanto, como demarcador de fronteiras, o modo verbal e não simplesmente a presença do verbo. Sacconi (1983) e Cunha e Cintra (1985) entendem que oração é a frase ou membro de frase que contém um verbo ou uma expressão verbal. Para Rocha Lima (1985, p. 205), oração “é a frase que se biparte normalmente em sujeito e predicado”. O gramático observa que pode faltar o sujeito.

Quanto ao conceito de sujeito, os cinco gramáticos indicam que se trata do “ser de quem se declara alguma

coisa". Cunha e Cintra (1985) verificam "a condição do sujeito de um verbo que evoca estado". Segundo eles, é de neutralidade, pois acaba se tornando uma espécie de "lugar" em que se desenvolve um processo. Almeida (1986) explica que "não existe oração sem causa", e essa causa é atribuída ao **sujeito ou agente da ação verbal**. O autor entende que é "norma de gramática, e a lógica exige que o sujeito não dependa de nenhum termo da oração [...] pelo próprio fato de ser sujeito e, por conseguinte, constituir aquilo de que se declara alguma coisa". O sujeito poderá "ter complemento, mas não ser complemento" (ALMEIDA, 1986, p. 412-413).

A indeterminação do sujeito em língua portuguesa também faz parte da descrição dada ao sujeito pela gramática tradicional. Basicamente, a indeterminação é marcada pelo verbo na 3ª pessoa do plural sem nenhum antecedente expresso, e na 3ª pessoa do singular mais partícula **se**. Mas, quanto ao último caso, é preciso delimitar que tipo de verbo admite essa indeterminação.

Rocha Lima (1985) explica que a indeterminação com a partícula **se** pode ocorrer com verbos intransitivos, ou com complementos preposicionados², e dá como exemplo "Vive-se bem aqui" e "Precisa-se de professores" (ROCHA LIMA, 1985, p. 206). Sacconi (1983, p. 260) registra que o **se** de indeterminação pode ocorrer com *qualquer* tipo de verbo, menos com os transitivos diretos. Porém, em capítulo distinto, quando

² Rocha Lima (1985) distingue "objeto indireto" de "complemento relativo". O primeiro é encabeçado pela preposição a (às vezes para), o segundo "vem ligado ao verbo por uma preposição determinada (a, com, de, em, etc.)" (ROCHA LIMA, 1985, p. 221-222).

lida com o “estudo morfossintático da palavra *se*”, admite o uso do verbo transitivo direto na estrutura com indeterminação do sujeito, desde que usado intransitivamente. De acordo com o autor, o *se* é índice de indeterminação do sujeito quando pode acompanhar verbo de ligação, verbo intransitivo, verbo transitivo indireto, ou verbo transitivo direto usado intransitivamente (em *Ama-se muito aqui*, amar é transitivo direto usado intransitivamente) (SACCONI, 1983). Cunha e Cintra (1985) só mencionam a partícula *se* como um dos dois índices de indeterminação do sujeito, mas não explicitam que tipo de verbo admite essa indeterminação, muito embora a exemplifiquem com *viver*, *precisar* e *comer* (usado intransitivamente).

Almeida (1986) aceita a indeterminação com os verbos de ligação, mas como uma opção dos bons escritores. Diferentemente dos demais, este autor afirma que ocorre o sujeito indeterminado em orações com verbos: a) ativos, acidentalmente impessoalizados na 3ª pessoa do plural – “Dizem que ele vem!” e b) acidentalmente impessoalizados na passiva - “Precisa-se de um datilógrafo” e “Assim se vai aos céus”. Para o autor, os impessoais são essenciais ou acidentais. Com os impessoais essenciais, a ação não é atribuída a nenhuma causa verdadeira, isto é, a nenhum sujeito, como ocorre com chover e trovejar (ALMEIDA, 1986). São verbos conjugados somente na 3ª pessoa do singular. Os impessoais acidentais são aqueles que, em determinados casos, tornam-se impessoais. Há dois grupos: ativos e passivos. Com os ativos, o sujeito, além de não vir expresso, não é subentendido nem necessita

ser conhecido. Na oração “Dizem que o Banco X faliu”, além de não estar expresso o sujeito do verbo, não se cogita em saber qual seja. Os passivos são “verbos intransitivos, transitivos indiretos e alguns transitivos diretos empregados sem sujeito determinado, mediante o pronome apassivador **se**: ‘Vai-se todos os dias à fonte’, ‘Precisa-se de um datilógrafo’ e ‘Premiava-se aos vencedores’” (ALMEIDA, 1986, p. 286).

Rocha Lima (1985), Sacconi (1983) e Cunha e Cintra (1985) explicam que os verbos impessoais não têm sujeito e são usados unicamente na terceira pessoa do singular. O primeiro classifica os verbos impessoais como um tipo de verbo defectivo (ou seja, que não tem a conjugação completa). Cunha e Cintra (1985) mencionam, quando lidam com o sujeito, na parte que denominam “Da Atitude Do Sujeito”, um agente e um paciente que ocorrem com verbos de ação, e um paciente que ocorre com verbos de estado (CUNHA; CINTRA, 1985).

Quanto ao predicado, os cinco autores definem como *tudo aquilo que se declara do sujeito* e são reconhecidos três tipos: o nominal, o verbal e o verbo-nominal. O verbal ou é formado por um verbo intransitivo ou por um transitivo direto ou indireto e seus respectivos complementos. Cunha e Cintra (1985) entendem que os verbos intransitivos e transitivos são significativos, ou seja, “trazem uma ideia nova ao sujeito”, o que não ocorre com os verbos de ligação (característicos do predicado nominal). Esses gramáticos declaram que nos verbos intransitivos a ação não vai além do verbo, está integralmente contida nas formas

verbais. Exemplos que sustentam essa afirmação são: “Sobe a névoa...A sombra desce” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 132).

Quanto aos transitivos, Cunha e Cintra (1985) expõem que o processo verbal não está contido integralmente no verbo, mas transmitido a outros elementos. Na parte dedicada à regência verbal, os autores explicam que, **quanto à predicação**, os verbos nocionais se dividem em intransitivos e transitivos.

Esses autores distinguem verbos copulativos e significativos: as frases “*Estavas triste*” e “*Estavam em casa*” são usadas para demonstrar a diferença – no primeiro caso, o verbo é de ligação; e, no segundo, é significativo.

Almeida (1986), no capítulo denominado VERBO (também inserido na parte da morfologia), expressa serem necessários alguns comentários para facilitar a compreensão do estudo de outra classe de palavra, o pronome. Para tanto, define o verbo como “toda a palavra que indica ação ou resultado de ação (estado)” (ALMEIDA, 1986, p. 164).

Para o autor, “toda oração requer uma causa e toda ação produz um efeito” (ALMEIDA, 1986, p. 165). A palavra *efeito* toma o seguinte dimensionamento: em “Pedro escreve uma carta”, a causa é atribuída a “Pedro”, e a ação de escrever produziu um efeito, ou seja, o resultado da ação que Pedro praticou, “uma carta” (o efeito). Em “O pássaro voou”, a ação fica toda no sujeito do verbo, sem produzir resultado algum (ALMEIDA, 1986).

Quanto aos verbos de ligação, Almeida (1986) entende que não atribuem ação a nenhum sujeito, e, sim, uma qualidade. Para o autor, tais verbos são também de predicação incompleta, requerem um complemento que é constituído de qualidade e não de pessoa ou coisa³.

Quanto ao predicado verbo-nominal, Sacconi (1983) define-o como formado pelo verbo e pelo nome ao mesmo tempo, como nas frases “Todos chegaram cansados” e “Ele nasceu rico”. Para o gramático, quando intransitivo, o predicativo será sempre do sujeito; quando for transitivo direto, o predicativo pode ser do sujeito ou do objeto. Ocorre o predicativo do objeto indireto somente com o verbo “chamar”, como em “Chamei-lhe vigarista” (SACCONI, 1983).

Cunha e Cintra (1985) dispõem o predicativo do objeto como se fosse uma espécie de complemento verbal: “tanto o objeto direto como o indireto podem ser modificados por predicativos” (SACCONI, 1983, p. 133-134). Para Rocha Lima (1985), trata-se da fusão de um predicado nominal com um verbal. O predicativo se refere ao objeto direto, e, mais raramente, ao indireto, exprimindo, às vezes, a consequência do fato indicado no predicado verbal e dá o exemplo “A Bahia elegeu Rui Barbosa senador” (*Rui Barbosa ficou senador*). Rocha Lima (1985) observa que o predicativo pode vir

³ Almeida (1986), ao discutir sobre a voz verbal, dá a seguinte explicação para a frase “O caçador foi morto pelo tigre”: Mas então o caçador deixou de ser sujeito? Não. Mas como não, se não foi ele quem praticou a ação de matar? Realmente, mas a ação agora expressa não é a de matar, mas a de ser morto. Por que essa diferença? Porque no primeiro caso o verbo está na voz ativa e, no segundo, na voz passiva” (ALMEIDA, 1986, p. 208-209).

precedido das preposições **de**, **para**, **por**, da palavra **como** e de **locução prepositiva**. Exemplos: “Ele graduou-se doutor”, “Davi foi ungido rei”, “Todos os consideravam como um aventureiro”, “Sempre o tiveram por sábio (ou na conta de sábio)” (ROCHA LIMA, 1985, p. 209). Para Almeida (1986), o predicado verbo-nominal é constituído de verbo transitivo mais predicativo do sujeito ou de verbo transitivo e respectivo objeto mais o predicativo deste objeto.

1.1.2 Sujeito e predicado

Os quatro gramáticos apontam como termos integrantes da oração o complemento nominal, o objeto direto, o objeto indireto e o agente da passiva. São considerados termos necessários e exigidos sintaticamente para que a oração tenha sentido⁴.

Quanto ao objeto direto, é de consenso repassar nos manuais gramaticais que se trata do complemento de verbo unido a este sem preposição. Cunha e Cintra (1985) e Almeida (1986) destacam que o objeto direto indica *o ser para o qual se dirige a ação verbal*. Para Rocha Lima (1985), é o complemento que na voz ativa representa **o paciente**; identifica-se facilmente a) porque pode ser **o sujeito da voz passiva**; b) porque corresponde, **na terceira pessoa**, às formas pronominais

⁴ Será válido equiparar o complemento nominal a um termo integrante da oração? O objeto direto, o indireto e o agente da passiva realmente integram o núcleo do verbo, mas o complemento nominal pode estar presente aqui e ali, completando desde um sujeito até um adjunto adverbial.

átonas **o, a, os, as**. E esse tipo de objeto é resultado da ação (construir uma casa/criar um poema) e do conteúdo da ação (Prever a morte do ditador/Discutir política) (ROCHA LIMA, 1985).

Normalmente, é explicado nos manuais tradicionais que o objeto direto pode ser preposicionado para evitar a *ambiguidade* causada em orações em que o sujeito ou o objeto direto ou o predicativo do objeto apresentam-se na ordem inversa, conforme pode ser observado nos exemplos de Sacconi (1983), “Venceram aos franceses os alemães”, e de Almeida (1986), “Matou ao leão o caçador”. O autor afirma que pode ocorrer a preposição antes do objeto direto quando é representado por nome de pessoa (“Venderam **a Cristo** por algum dinheiro”), ou quando o objeto direto é representado por nome que indica alguma atividade. Ex.: “Quem rouba a ladrão tem cem anos de perdão”. Almeida (1986) fala do objeto direto preposicionado quando constituído de nomes de coisas, de pessoas ou de animais (entes animados) e dá o exemplo “Matou ao leão o caçador” (ALMEIDA, 1986, p. 425).

Cunha e Cintra (1985) citam o objeto direto antecipado, como nos provérbios “A homem pobre ninguém roube!”. A preposição unida ao objeto direto, quando pronome oblíquo tônico, estabelece outro caso distinto, como em “Rubrão viu em duas rosas vulgares uma festa imperial, e esqueceu a sala, a mulher e a si” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 138).

Enquanto Rocha Lima (1985) entende que diante do nome de Deus deve haver objeto direto preposicionado, Cunha e Cintra (1985) explicam esse contexto como um

caso de objeto direto unido a verbos de sentimentos, como no exemplo: “Que muito fazes em louvar a Deus”. Os três autores também listam o objeto direto preposicionado quando constituído do pronome relativo “quem”. Um exemplo do autor (que acrescenta o pronome “quem” quando aparece com antecedente expresso) é “Perdi meu pai e senhor a quem muito amava...” (ROCHA LIMA, 1985, p. 214).

Sacconi (1983) e Rocha Lima (1985) aceitam o objeto direto interno, complemento formado por substantivo de radical idêntico ao do verbo ao qual se liga (“Viver uma vida agitada”) ou por substantivo ligado a verbos que pertencem ao mesmo grupo de ideias (“Dormir um sono tranquilo”). O substantivo deve vir acompanhado de adjunto, caso contrário, ocorre redundância.

Quanto ao objeto indireto, Sacconi (1983), Cunha e Cintra (1985) e Almeida (1986) indicam a presença de preposição na caracterização do complemento verbal, ao que chamam de transitividade indireta. Exemplos são: a) Sacconi (1983): “Edite desconfia de tudo”, “Acredito em Deus” e “O inimigo resistiu ao ataque”; b) Cunha e Cintra (1985): “Duvidava da riqueza da terra”, “Que ela afaste de ti aquelas dores”, “Os domingos, porém, pertenciam aos dois” e “Não te esqueças de que a obediência é o primeiro voto das noviças”; c) Almeida (1986): “Não obedeço a ninguém”, “Depende do câmbio” e “Acredito nele”.

Rocha Lima (1985) define o objeto indireto como o complemento que representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Aponta como características típicas: a) o ser encabeçado pela preposição a (às vezes para); b) corresponder, na 3ª pessoa, às formas pronominais

átonas lhe, lhes; e c) não admitir – salvo raríssimas exceções – a passagem para a voz passiva. Para o autor, verbos como **gostar de**, **depender de**, **carecer de**, **lembrar-se de**, **fugir de** e **consentir em** não admitem objeto direto mas sim um complemento relativo, que é ligado ao verbo por uma preposição determinada (a, com, de, em etc.). Segundo ele, esse complemento tem valor de objeto direto na predicação de um verbo de significação relativa (ROCHA LIMA, 1985). O autor também admite o que chama complemento circunstancial, “de natureza adverbial - e indispensável à construção do verbo”. Exemplos dados pelo autor são: “Morar *em Paquetá*”; ‘A guerra durou *cem anos*’; ‘Ir *a Roma*’; ‘Viver *muitos anos*’ e ‘Pesar *dois quilos*’” (ROCHA LIMA, 1985, p. 222-223).

Sacconi (1983) refere-se ao que chama objeto indireto por extensão. Trata-se de todo complemento de verbo não transitivo indireto. Por exemplo: “Isto é *para mim*”, “*Para mim*, a mulher se matou, *para o delegado*, mataram-na”; “Não *me* ponha os pés no sofá nem *me* saia mais à rua hoje!” e “Puseram-*nos* olho gordo” (SACCONI, 1983, p. 269-271).

Nas gramáticas tradicionais, o agente da passiva aparece na parte em que se discute a “voz do verbo”, mas não como um termo integrante da oração. Como em “Todos os ratos da casa foram mortos”, ou como ocorre nas passivas sintéticas: “Vendem-se casas” e “Dá-se terra” (SACCONI, 1983, p. 266).

Almeida (1986, p. 208) refere-se às orações passivas com os exemplos “O *caçador* matou o tigre” e “O *caçador* foi morto pelo tigre” e diz que são **o mesmo sujeito**. Para

Rocha Lima (1985, p. 224), o agente da passiva exerce a ação e pode ser omitido. Em “Nossa casa foi construída há muitos anos”, pode ser que não se saiba ou não interesse dizer quem a fez.

Sacconi (1983) registra a existência de certos verbos cuja significação não denota atividade nenhuma do sujeito. São os que exprimem passividade [*aguentar, apanhar (sova, surra etc.), padecer, suportar etc.*] e os que indicam fenômenos naturais (*adoecer, durar, envelhecer, morrer, nascer etc.*). Tais verbos, diz o autor, apresentam-se na forma ativa, mas com sentido passivo. Assim, “o sujeito classifica-se como paciente somente no aspecto semântico” (SACCONI, 1983, p. 113). Observa-se que os termos *agente* e *paciente* e as respectivas definições (que são semânticas) são usados somente na descrição da transformação da voz verbal.

Verbo: centro da oração

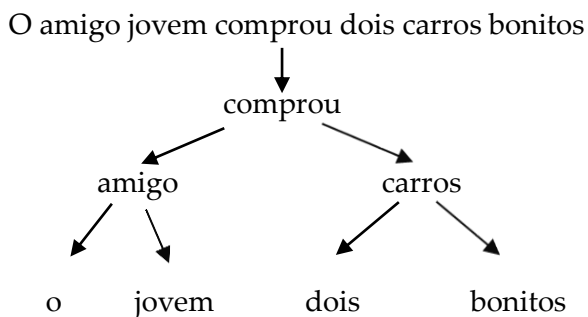
O verbo, em termos sintáticos, pode ser entendido de forma diferente da exposta pelas gramáticas tradicionais. Recorremos, aqui, a teóricos que partem do princípio de que o verbo é o elemento ao qual todos os outros termos da oração estão subordinados. Segundo Allerton (1982), o verbo é, para muitas línguas, o núcleo da maioria das sentenças e determina sua estrutura particular. É esse enfoque que alicerça a Teoria das Valências, tal qual proposta por Lucièn Tesnière (1966), em *Éléments de Syntaxe Structurale*, e adaptada por teóricos alemães.

Tesnière (1966) considera que o verbo é o elemento central da oração, mediante um processo hierárquico de dependência. A centralidade na frase reservada ao verbo gera, segundo aponta Baez San José (1988), um universo de indagações com referência aos pressupostos utilizados pela gramática tradicional para conceituar sujeito e predicado. Tesnière (1966) não aceita essa visão bipartida da oração como um fator sintático porque a) a bipartição está pautada numa conceituação lógica que atribui ao sujeito e ao predicado, respectivamente, características como “ser de quem se declara alguma coisa” e “o que se declara dessa alguma coisa”, e b) estabelece uma posição de destaque para o *sujeito* que,

na verdade, é mais um elemento sintático subordinado ao verbo.

2.1 A proposta de Tesnière

Para Tesnière (1966), a sintaxe da frase é entendida como um relacionamento instaurado entre palavras que dependem umas das outras numa perspectiva hierárquica e é esse o princípio que estabelece a dinâmica da frase. A relação entre um membro superior ou regente e um termo inferior ou subordinado é demonstrada pelo autor por meio de representações gráficas, denominadas estemas, que ilustram o laço hierárquico entre as palavras. Nessas representações, há uma só extremidade superior, chamada nó central, mas pode haver várias extremidades inferiores. A linha que une as palavras representa a dependência; essa conexão (enlace sintático) é o princípio vital da frase (TESNIÈRE, 1966). Um exemplo de estema seria:



Nesse exemplo, “comprou” é regente de “amigo” e de “carros”. Por outro lado, “amigo” e “carros” são regentes de seus respectivos subordinados, ou seja, de

“o” e “jovem”, e de “dois” e “bonitos”. Para Liberato Martinez (1981), na dependência, a condição hierárquica se pauta em que “el nombre o sustantivo rige al artículo, al adjetivo o pronombres posesivos, el verbo rige entonces complementos en acusativo, **Dativo**, genitivo, etcétera” (LIBERATO MARTINEZ, 1981, p. 9). O termo “dependência” expressa uma relação não entre categorias, mas entre elementos básicos (palavras). A possibilidade de um elemento ocorrer pressupõe a presença de outro elemento.

É ao verbo que cabe a posição central da estrutura frasal porque a ele estão ligados elementos básicos (correspondentes, de certa forma, aos termos “sujeito” e “objeto” expostos pela gramática tradicional). Contudo, como frisa Baez San José (1988, p. 21), “el proprio Tesnière afirma taxativamente que nada impide que este nudo central sea verbal, adjetival, nominal o adverbial”.

Como se pode observar no estema anteriormente mostrado, o elemento principal fica no topo da estrutura, o que significa que a hierarquia está estabelecida de cima para baixo (TESNIÈRE, 1966). Mas, para o autor, a incidência semântica se exerce em sentido inverso à da conexão estrutural. Tanto mais embaixo se situa uma palavra, mais ela tem chance de ser essencial para o sentido da oração. É como se o papel do regente estivesse para suportar a incidência semântica do subordinado. Assim, a oração “O sinal verde indica a via livre” só adquire o seu sentido pleno graças às palavras “verde” e “livre” (TESNIÈRE, 1966). De fato, se esses termos forem suprimidos, o sentido da frase fica prejudicado. Mas Baez San José (1988, p. 29) explica: “Es difícil

imaginar, sin embargo, que el verbo, que ocupa el puesto central y más alto jerárquicamente, sea el elemento menos importante significativamente”.

Segundo Hoyos-Andrade (1990), “o que de fato é defensável é que não importa quão embaixo se encontre uma palavra na estrutura sintática da frase: ela pode ser decisiva em termos semânticos”. Observa-se, ainda, que, se forem suprimidos os termos regentes secundários da mesma frase utilizada como exemplo por Tesnière (1966), é o valor culturalmente aceito para as cores do semáforo que resguarda o sentido da frase: *O verde indica livre*. Em uma frase do tipo *O homem alto comprou um carro novo*, a supressão dos regentes (*substantivos*) geraria a frase **O alto comprou um novo*. Isso seria mais prejudicial ao sentido do que a supressão dos subordinados (*adjetivos*), o que geraria a frase *O homem comprou um carro*.

Nas frases em que o verbo rege a estrutura da frase, tem-se o que Tesnière (1966) denomina nó verbal. O nó verbal expressa todo um pequeno drama em que ocorre um processo envolvendo atores e circunstâncias, respectivamente chamados, em sintaxe, de verbo, actantes e circunstantes. Esse pequeno drama, na verdade, constitui-se numa metáfora para explicar o fenômeno da valência, a qual se refere ao número de lugares vazios indicados pelo lexema verbal. São lugares que devem ser preenchidos por complementos solicitados pelo verbo em particular, ou seja, os actantes (TESNIÈRE, 1966).

Por outro lado, há outros elementos que dependem do verbo, mas que não participam da sua valência. São os circunstantes que indicam as circunstâncias de tempo,

lugar, modo etc. nas quais se desenvolve o processo: são sempre advérbios ou equivalentes e o seu número não é definido, como o dos actantes. Vilela e Busse (1986) apresentam uma lista, da qual fazem parte termos que tradicionalmente seriam considerados advérbios de modo, de lugar, de tempo, de causa, de finalidade etc.

Quanto à descrição dos actantes, Tesnière (1966) os considera seres ou coisas que, mesmo de modo mais passivo, participam do processo. Tesnière (1966) recorre à oração “Alfredo dá o livro a Carlos”, e explica que os termos “Carlos” e “livro”, embora não atuem por eles mesmos, são tão actantes quanto Alfredo. Os actantes são sempre substantivos ou equivalentes a substantivos.

Há verbos sem actante, com um actante, com dois e com três. Os verbos sem actante exprimem um processo que se desenrola sem que ninguém participe deles. É o caso de verbos que designam fenômenos meteorológicos, como “Chove”. Os verbos com um actante exprimem um processo em que só participa uma pessoa ou coisa, o que ocorre em “Alfredo cai”. Neste último exemplo, somente “Alfredo” participa da ação de cair. Nos verbos com dois actantes, duas pessoas ou coisas participam do processo expresso pelo verbo, como em “Alfredo fere Bernardo”. Os verbos com três actantes exprimem um processo do qual participam três pessoas ou coisas. Na oração “Alfredo dá um livro a Carlos”, há três actantes: “Alfredo”, “um livro” e “Carlos” (TESNIÈRE, 1966, p. 102).

O autor refere-se, dessa forma, a certo condicionamento do número de actantes gerado pelo próprio verbo e ao lugar (posição) dos actantes quando

explicita a representação estemática. Diz ser preferível dispor o primeiro actante à esquerda do segundo, e este à esquerda do terceiro. Considera que nem todos os verbos comportam o mesmo número de actantes, e, além do mais, o mesmo verbo não comporta sempre o mesmo número de actantes (TESNIÈRE, 1966). Quando menciona o critério semântico, reconhece que o primeiro actante é o que faz a ação; o segundo, o que suporta a ação; e o terceiro, aquele em cujo benefício ou detrimento se faz a ação. Quanto ao segundo actante, ocorre uma situação peculiar ditada pela questão da diátese ativa e da passiva. Na ativa, o segundo actante é o que suporta a ação e o segundo actante do verbo passivo é o que a faz. Quanto ao terceiro actante, o autor entende não ser “afetado pela intervenção dos actantes” (TESNIÈRE, 1966, p. 109) e pela passagem da ativa para a passiva (tanto numa diátese como na outra sempre será o terceiro actante).

Segundo Vater (1978), são três os critérios propostos por Tesnière para a fronteira entre actantes e circunstantes. O critério semântico resguarda para os actantes serem *pessoas ou coisas* (substantivos ou similares) que participam do processo verbal; e advérbios de tempo, lugar, modo etc. como indicativos de circunstantes. Quanto ao formal (morfossintático), os actantes são compostos de nomes e seus dependentes, enquanto os circunstantes (adjuntos adverbiais) são unidos ao verbo por preposições. Quanto ao critério funcional, os complementos são indispensáveis para completar o significado do verbo, por isso, há um

número limitado para cada verbo, enquanto o número de circunstâncias pode ser ilimitado (VATER, 1978, p. 22).

Por outro lado, Tesnière entende que a dificuldade de estabelecer o limite entre os actantes e os circunstâncias ocorre porque o terceiro actante apresenta algumas características próprias de circunstâncias, e determinados circunstâncias apresentam certas analogias com os actantes. O autor explica que, se os circunstâncias apresentarem um substantivo, devem receber a marca adverbial por meio de uma preposição (TESNIÈRE, 1966).

Vater (1978) também questionou o limite imposto pelo linguista francês para os actantes e circunstâncias. Tesnière considera “à Charles” em “Alfred donne le livre à Charles”⁵ um complemento unido ao verbo por preposição e não considera casos iguais “à Paris”, em “Alfred demeuré à Paris”⁶, um sintagma preposicional indispensável ao significado do verbo. Por outro lado, é preciso considerar que há adjuntos circunstâncias que não levam preposição, semelhante a “la nuit”, em “La nuit tous les chats sont gris”⁷ (VATER, 1978, p. 23).

Para Allerton (1982), Tesnière nomeia os actantes como “primeiro actante” (grosso modo sujeito), “segundo actante” (grosso modo objeto) e “terceiro actante” (grosso modo objeto indireto), mas não deixa claro qual é a base para reconhecer cada uma dessas categorias. Não explicita o que está precisamente envolvido na descrição da valência do verbo. Allerton

⁵ “Alfred dá o livro a Charles” (Tradução nossa).

⁶ “Alfred ficou em Paris” (Tradução nossa).

⁷ “À noite, todos os gatos são pardos” (Tradução nossa).

questiona até que ponto, por exemplo, sintagmas adverbiais podem ser relevantes para a valência verbal e mesmo se todos os sintagmas nominais são iguais. Também questiona a validade de considerar a opcionalidade dos actantes, ou seja, de que modo um elemento opcional pode ser incorporado à valência do verbo (ALLERTON, 1982).

2.2 Contribuição dos teóricos alemães

A visão de sintaxe proposta por Tesnière em *Éléments de Syntaxe Structurale* (1966) contempla conceitos que revolucionaram um padrão de descrição dos elementos que integram a frase, padrão este ainda dependente, em boa parte, do pensamento grego. A negação do *status* do sujeito como um dos termos principais da oração, a noção de dependência hierárquica para estabelecer a conexão entre as palavras numa frase, e, principalmente, a noção de valência geraram possibilidade de descrição dos elementos linguísticos de uma língua particular, distantes da tradição gramatical.

Os pressupostos tesnerianos receberam, sobretudo, a atenção de determinados linguistas alemães, os quais se preocuparam principalmente com o detalhamento da noção de valência e suas implicações. Por isso, consta das obras relativas à teoria das valências a visível tentativa de classificação dos verbos quanto aos seus lugares vazios, bem como o estabelecimento das características peculiares o suficiente para distinguir os

possíveis actantes tanto entre si quanto com referência aos circunstantes.

Nos trabalhos iniciais sobre valência dos estudiosos alemães (Helbig, Engel, Rall, Heringer etc.), pode-se encontrar a ampliação dos três primitivos actantes de Tesnière e uma nítida e coerente diferenciação de actantes (até 10 tipos) e circunstantes, bem como a consideração de verbos tetravalentes (cujo lexema prevê até quatro actantes). Essas informações e outras mais detalhadas podem ser obtidas em Wotjak (1979), Liberato Martinez (1981), Hoyos (1984), Baez San José (1988) e Hanisch (1992).

Os teóricos alemães ampliaram o perfil de cada actante solicitado pelo verbo, considerando a possibilidade de haver actantes com caráter obrigatório ou facultativo. Preocuparam-se em verificar se, além do sujeito e dos objetos direto e indireto, o verbo também pode requerer objetos preposicionais necessários e determinações adverbiais necessárias (indicações de tempo e lugar no sentido tradicional) e determinar o tipo de complemento (este termo é correlato de actante) que cada verbo requer, considerando-se a existência tanto da valência sintática como da semântica. As funções semânticas dos actantes estão atreladas a restrições do tipo +humano, -humano, +animado etc. Vilela e Busse (1986) explicam que, no significado do verbo, deve ser distinguido o significado propriamente dito, isto é, os semas que diferenciam, por exemplo, *dizer* de *cantar*, dos valores relacionais impostos aos actantes pelo significado do verbo.

Esses questionamentos são decorrentes da ausência, na obra de Tesnière, de uma definição “mais abrangente” do que está envolvido na descrição da valência do verbo. Para Allerton (1982), uma descrição completa necessita de meios que especifiquem o perfil dos actantes, ou seja, que possam esclarecer, por exemplo, até que ponto sintagmas adverbiais podem ser relevantes para a valência do verbo ou mesmo se todos os sintagmas nominais podem ser considerados iguais.

Para Baez San José (1988), o ponto de partida da teoria moderna sobre a valência são um trabalho de Helbig (1965) sobre o conceito de valência como meio de descrição estrutural e outro sobre os dicionários valenciais e distributivos de Helbig e Schenkel (1969) e de Sommerfeldt e Schreiber (1974; 1977) sobre as valências, distribuições e subcategorização semântica do verbo, do adjetivo e do substantivo na língua alemã, respectivamente, e, em consequência, o conjunto de estudos que, a partir e ao redor dessas três obras, tem sido desenvolvido na Escola de Leipzig, embora não exclusivamente nela (BAEZ SAN JOSÉ, 1988).

Para Vater (1978), apesar da tentativa de Heringer, Helbig e Schenkel e outros de deixar a bipartição proposta por Tesnière em complementos (actantes) e adjuntos (circunstantes) mais eficiente, não houve sucesso na indicação de critérios que pudessem ser usados eficazmente para distinguir uma classe de outra. O autor menciona testes usados na literatura da valência para dividir as duas categorias e demonstra ser complicado estabelecer parâmetros quando se trata de

comparar, por exemplo, a valência de determinada língua com a de outra (VATER, 1978).

O primeiro teste citado por Vater (1978) é o da eliminação, que figura na *Duden Grammatik*, de Paul Grebe (1973), o qual prevê a distinção entre constituintes obrigatórios e livres na sentença. A estrutura básica da sentença é obtida pela eliminação de todo constituinte livre e retenção de todo constituinte obrigatório. Questiona Vater (1978) se o teste implica a separação dos constituintes necessários ao significado do verbo ou pretende fornecer aqueles constituintes que formem o enlace sintático mínimo da sentença (VATER, 1978). Conclui que esse tipo de teste, como normalmente é aplicado, separa os complementos obrigatórios dos opcionais tanto quanto dos adjuntos. Entretanto, o teste não serve para distinguir complementos de adjuntos.

Outro teste é a adição. Heringer (1967; 1970) e Helbig e Schenkel (1973), citados por Vater (1978), entendem que uma das características principais dos adjuntos (circunstantes) é serem livremente adicionados a qualquer sentença enquanto este não ocorre com os complementos. Para Vater (1978), essa afirmação deve ser recebida com reserva, pois há, por exemplo, restrições ditadas pelo significado do verbo. A questão do que deve ser considerado como estrutura adequada para a descrição da valência do verbo depende também, parcialmente, da língua estudada, o que provavelmente explica, em parte, a dificuldade de sustentar uma eficácia infalível dos testes (VATER, 1978).

Nos dicionários de valência verbal, encontra-se uma preciosa contribuição para a teoria. Baez San José

(1988) explica que, nas entradas do dicionário propostas por Helbig, são apontados três níveis que direcionam a definição específica de cada verbo. No primeiro nível, cada verbo é determinado pelo número de participantes (actantes), sem parênteses se obrigatórios, e com eles se facultativos. No segundo nível, cada verbo é especificado segundo seu contexto sintático e segundo o número de participantes. O contexto sintático dita se os complementos verbais são Sn=substantivo em nominativo, Sa=substantivo em acusativo, Sd=substantivo em *Dativo* etc. Quanto ao terceiro nível, os participantes numerados no primeiro e especificados sintagmaticamente no segundo são determinados semanticamente de acordo com marcas do tipo +humano, -humano, -animado, abstrato etc. (BAEZ SAN JOSÉ, 1988). Além dos traços semânticos gerais, Helbig e Schenkel (1973) aludem a determinados traços semânticos específicos que restringem ainda mais o contexto verbal, tais como a possibilidade de plural, a designação de nome próprio, partes do corpo etc. Trata-se de um conjunto de traços que fica em aberto (BAEZ SAN JOSÉ, 1988).

Wotjak (1979), em "Acerca de la confección de un diccionario de valencias de verbos españoles", toma como ponto de partida o modelo elaborado por Helbig e Schenkel (1973) em seu *Dicionário de Valência e Distribuição de Verbos Alemães* e acrescenta uma série de aspectos e critérios que ampliam as três etapas do modelo. São eles: i. a quantidade de actantes e se são obrigatórios ou facultativos; ii. a distribuição sintática em termos da gramática tradicional; iii. os casos

semânticos; iv. a classe dos lexemas dos actantes que podem ser utilizados junto com o verbo dado na função e caracterização sintático-funcionais atribuídas aos actantes dos respectivos verbos mono-, bi-, e trivalentes; e v. todas as combinações actanciais possíveis junto ao verbo e que conformam uma oração semanticamente correta e sintaticamente bem formada, mais exemplos ilustrativos para cada sequência.

Para Baez San José (1988), as relações sintáticas nos esquemas oracionais correspondem amplamente a relações semânticas gerais. O autor também critica a não admissão no dicionário de verbos tetravalentes, embora existam como fato empírico nas línguas românicas. O autor dá o seguinte exemplo: “Alguien cambia algo a alguien por algo” (BAEZ SAN JOSÉ, 1988, p. 76-77).

Ao desenvolver seu estudo sobre os verbos da língua alemã e da língua espanhola com complementos preposicionais, Liberato Martinez (1981) adota a classificação de complementos desenvolvida por Engel, que define valência em sentido amplo e confronta com os termos de recção e valência (LIBERATO MARTINEZ, 1981). Apresenta-se, a seguir, uma síntese da ampliação dos actantes sugeridos pelo autor, e citada na obra de Liberato Martinez (1981) para exemplificação do direcionamento dado pelos estudiosos alemães.

Quadro 01 – Lista de actantes retirada de Liberato Martinez

E0	Correspondente ao sujeito tradicional	<u>El padre</u> duerme
E1	Correspondente em alguns casos ao complemento direto tradicional	El director compra <u>un coche</u>
E2	Complemento precedido da preposição “de”	El estudiante se sirve <u>del diccionario</u>
E3	Correspondente em alguns casos ao complemento indireto	<u>Al muchacho</u> le creen todos
E4	Complemento precedido de uma preposição invariável	
E5	Complemento situativo - complemento de lugar ou de tempo, precedido de uma preposição variável	Luis vive <u>en Viena</u> La subasta empieza <u>a las 11 hrs</u>
E6	Complemento directivo - que se indica por meio de preposições variáveis	El tren va <u>a Chihuahua</u>
E7	Complemento nominal - em caso nominativo ou acusativo ou também precedido de “als” ou “wie”	Trabaja <u>como taxista</u> Mi hermana se llama <u>Maria</u>
E8	Complemento qualificativo - adjetivo	El maestro <u>está enfermo</u>
E9	Complemento em infinitivo - qualquer outra oração subordinada que não comute com nenhuma outra classe já citada	El padre deja <u>a su hijo hacer la tarea</u>

Fonte: Liberato Martinez (1981, p. 39-41)

Esse quadro é uma ampliação significativa da proposta inicial de Tesnière. Também é preciso considerar que, dentre as inúmeras vantagens dos desdobramentos que os teóricos alemães deram à teoria das valências, está a recorrência ao nível semântico, que se destaca justamente porque engloba características semântico-categoriais e semântico-relacionais, que estão presentes nos nomes, por imposição do próprio lexema verbal. Essas características ajudam a comprovar a centralidade do verbo na sentença e a viabilidade de conjugar-se o nível semântico ao sintático para efeito de análise da frase. Essas características semânticas do verbo serão discutidas com apoio na obra clássica de Charles Fillmore, *The case for case*, de 1968, conforme apresentado a seguir.

2.3 O verbo na proposta de Fillmore

As características semântico-categoriais dizem respeito aos traços que servem para enquadrar os lexemas em determinada classe semântica. Vilela e Busse (1986), por exemplo, observam que a categoria [+animado] contém pelo menos duas subclasses: seres humanos [+humano] e animais [-humano], o que pode ser evidenciado em “*A gata pariu*” e “*A Maria pariu*”. Para indicar o mesmo fato, “trazer ao mundo”, é utilizado, por eufemismo, “*dar à luz*”, como em “*Maria dá à luz uma criança*”, se o objetivo é evidenciar uma ação desencadeada por um ser humano (VILELA; BUSSE, 1986).

Os autores registram que as restrições de seleção podem ser ultrapassadas por meio de metonímia. Na frase “*Isto alegria toda a rua*”, “a rua” não designa um

caminho, “mas as pessoas que vivem ou que se encontram nesse espaço”. As restrições podem também ser ultrapassadas e resultarem em metáfora, como ocorre no exemplo “*A mulher travou a conversa a tempo*”, se comparado com a frase “*O homem travou o carro a tempo*” (VILELA; BUSSE, 1986).

Nessa observação, reside uma realidade presente na linguagem em uso, pois tanto a metáfora quanto a metonímia propiciam o surgimento de novas estruturas que se vão cristalizando, tais como “*As estrelas brincam de brilhar*”, “*O carro afogou*”, “*Matei a sede*” etc.

Fillmore (1968), ao definir os casos semânticos, recorre a alguns dos traços lexicais para poder explicar, por exemplo, diferenças que estabelecem uma margem definidora de certos casos. Praticamente, utiliza o traço da animação para definir os casos *Agentivo*, *Instrumental* e *Dativo* (FILLMORE, 1968). O autor, ao definir o *Agentivo*, aponta o traço +animado como a característica essencial, mas tem a cautela de, em nota de rodapé, explicar que se utiliza do termo *tipicamente* ao referir-se a esse traço lexical para poder contemplar contextos em que aparecem agentes inanimados do tipo *robot*, *instituição humana* ou *nação*. Como declara desconhecer a forma de tratar a ocorrência desses elementos, supõe que todos os agentes são animados (FILLMORE, 1968).

Por outro lado, o traço *inanimado*, indicado para o *Instrumental*, recebe uma justificativa para frases do tipo “*Bati-lhe na cabeça com uma cobra*”. A exigência de aceitar-se esse traço para os sintagmas nominais instrumentais condiciona-se à interpretação de ser algo equivalente a “o

corpo de uma cobra". O "corpo" daria, pelo que interpretamos da fala de Fillmore, a ideia de inércia, característica do *Instrumental* (FILLMORE, 1968, p. 300). Para o autor, os traços léxicos estão associados a casos específicos, o que comprova com a elaboração de esquemas de casos⁸. Um dos exemplos reside na comparação dos verbos "matar" e "assassinar". Para o primeiro, é necessário indicar que toma um objeto animado e um sujeito animado ou inanimado e que, caso haja um sujeito animado, pode coocorrer também um sintagma *Instrumental*, e para o verbo "assassinar" seria necessário indicar um agente obrigatoriamente (FILLMORE, 1968). Contudo, entende-se que a distinção entre os dois verbos reside em outro traço lexical não apontado pelo autor: "assassinar" exige, necessariamente, pelo menos em língua portuguesa, o traço +humano tanto para o agente quanto para o objeto envolvido. Considerem-se frases do tipo "O cachorro assassinou o gato", bem como "O raio assassinou o homem", ou mesmo "O homem assassinou o cachorro".

Os traços lexicais aqui discutidos podem ser usados na caracterização de certos verbos de forma mais ampla, e, portanto, na definição dos casos semânticos de forma mais específica. Nilsen (1972), por exemplo, afirma que alguns linguistas consideram a seguinte relação hierárquica dos traços lexicais dos nomes⁹:

⁸ Os esquemas retratam a coocorrência de casos semânticos e correspondentes traços lexicais que, em conjunto, definem contextos em que os verbos podem aparecer. Para *abrir*, o esquema dado é +[____O(I)(A)] (FILLMORE, 1968, p. 302). Observa-se que "O" significa Objetivo, "I", *Instrumental* e "A", **Agente**.

⁹ Nilsen propõe uma relação hierárquica para os traços lexicais do próprio verbo, que pode ser representada como parâmetro para a sentença "João construiu um avião":

- (1) Humano
- (2) Animado
- (3) Contável
- (4) Concreto (NILSEN, 1972, p. 27).

A hierarquia que se pretende consiste em que o traço +humano traz implícito +animado, +contável e +concreto. Mas, se for dito que um nome é *contável*, é preciso dizer se é *humano* ou *animado*. Esse tipo de hierarquia pode, porém, não ser uma boa estratégia, pois absorve demasiada atenção no detalhamento dos casos. Para Fillmore (1968), há relações sintáticas semanticamente relevantes que envolvem substantivos e as estruturas que os contêm. São relações não-manifestas, mas que podem ser descobertas empiricamente e formam um conjunto finito específico.

Explica este linguista que a

sentença, em sua estrutura básica, consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo numa determinada relação de caso [...], e cada uma ocorre somente uma vez numa dada sentença [...]. As combinações de casos que definem os tipos de sentença de uma língua impõem uma classificação dos verbos, de

-
- (1) Criação
 - (2) Mudança
 - (3) Processo
 - (4) Ação

Cada traço é um subconjunto do traço imediatamente inferior. O verbo *construir*, ao ser especificado como *criação*, é automaticamente entendido como *mudança*, *processo* e *ação*. *Nadar*, por outro lado, seria especificado como *ação*, mas isso não quer dizer que este traço englobe os outros (NILSEN, 1972, p. 28).

acordo com o tipo de sentença na qual eles podem estar inseridos (FILLMORE, 1968, p. 297-298).

Da proposta de 1968, apenas apreendem-se os dados que podem auxiliar na análise que se pretende desenvolver aqui. Importam conceitos do tipo “*quem fez*”, “*com quem aconteceu*”, e o “*que foi mudado*” (FILLMORE, 1968, p. 299)¹⁰.

2.3.1 Os casos semânticos

Fillmore (1968, p. 299-300) concebe inicialmente a seguinte lista de casos que julga necessários: ***Agentivo***, “o caso do instigador da ação indicada pelo verbo, instigador esse percebido tipicamente como ser animado”; ***Instrumental***, “o caso da força ou objeto inanimado, causalmente implicado na ação ou estado identificados pelo verbo”; ***Dativo***, “o caso de ser animado afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo”; ***Factitivo***, “o caso do objeto ou ser resultante da ação ou estado identificados pelo verbo, ou compreendido como parte do significado do verbo”; ***Locativo***, “o caso que identifica a localização ou orientação espacial do estado ou ação identificados pelo verbo”; ***Objetivo***,

o caso semanticamente mais neutro, aquele em que qualquer coisa representada por um substantivo cujo papel na ação ou no estado identificado pelo verbo é identificado pela interpretação semântica do próprio

¹⁰ Não seguimos aqui o pressuposto de tratar-se de um dado de estrutura profunda, segundo os preceitos da teoria gerativista, razão pela qual certas definições propostas pelo autor foram aqui omitidas.

verbo: presumivelmente, o conceito deveria ser limitado a coisas que fossem afetadas pela ação ou estado identificados pelo verbo (FILLMORE, 1968, p. 299-300).

Esses casos não correspondem à relação sintática de sujeito e objeto e, para provar a não correspondência, o autor elenca uma sequência de exemplos, transcritos a seguir:

29. *João abriu a porta*
30. *A porta foi aberta por João*
31. *A chave abriu a porta*
32. *João abriu a porta com a chave*
33. *João usou a chave para abrir a porta*
34. *João acredita que venceria*
35. *Nós convencemos João de que ele venceria*
36. *Era evidente para João que ele venceria*
37. *Chicago é ventoso*
38. *É ventoso em Chicago*¹¹ (FILLMORE, 1968, p. 300).

Por meio desses exemplos, o autor destaca: “João” é *Agentivo* em 29 e 30; “a chave” é *Instrumental* em 31, 32 e 33; “João” é *Dativo* em 34, 35 e 36; e “Chicago” é

¹¹ 29. John opened the door
30. The door was opened by John
31. The key opened the door
32. John opened the door with the key
33. John used the key to open the door
34. John believed that he would win
35. We persuaded John that he would win
36. It was apparent to John that he would win
37. Chicago is windy
38. It is windy in Chicago (FILLMORE, 1968, p. 300).

Locativo em 37 e 38. Verifica-se que não houve destaque para o caso *Objetivo*, nessa lista inicial, o qual poderia estar identificado em “a porta” (31), ou mesmo em “que venceria” (34). Refere-se à possibilidade de o *Objetivo* realizar-se por meio de uma oração subordinada, e um dos esquemas é com o verbo “querer” ([___S+D]¹²). O autor não dá exemplos concretos, mas seria possível traduzi-lo com a frase *João acredita que venceria*.

Os elementos *que indicam lugar e direção* podem ser determinados pelo caráter do verbo, e por isso o *Locativo* engloba complementos como “para Lisboa” em “*João foi para Lisboa*” e “em Lisboa” em “*João trabalha em Lisboa*” (FILLMORE, 1968, p. 301).

Fillmore (1968) dá mostras da diferença entre o *Objetivo* e o *Factitivo*. Recorre às frases *João estragou a mesa* e *João construiu a mesa* para sustentar essa afirmação. Na primeira, o objeto (*a mesa*) é compreendido como já existindo antes da atividade de *João*, ao passo que, na outra, sua existência (*a mesa*) resultou da atividade de *João*. Um verbo igual a *estragar* sugere um caso que aponta para um objeto inanimado que sofre a ação verbal, mas que tem existência própria, independente da ação do Agente. Quanto a *construir*, “a mesa” é resultado da ação do verbo (FILLMORE, 1968).

O autor reconhece a existência de “outros tantos casos”, e destaca que as relações de caso, “estatuídas em categorias, incluem conceitos como os de *Agentivo*,

¹² “S” é o símbolo indicador de um caso *Objetivo* ao qual foi encaixada uma oração subordinada, e “D” significa “Dativo” (FILLMORE, 1977, p. 302).

Instrumental, Objetivo, Factitivo, Locativo, Benefativo e, talvez, diversos outros” (FILLMORE, 1968, p. 306).

Lima (1982) registra que Fillmore, em seu artigo “Some Problems for Case Grammar”, de 1971, apresenta o Experienciador, caso do “evento psicológico genuíno”, de verbo de evento mental, e também o caso Meta, que ocorre com verbos de transferência ou movimento de algo para alguém: indica o receptor (LIMA, 1982).

Cook (1974) entende que toda estrutura de caso tem ao menos um caso e não mais que três. Os casos são exigidos pelo significado central do verbo. O *Agentivo* é exigido por verbos de ação e especifica o instigador dela. O *Objetivo* ocorre em toda estrutura de caso, e seu significado depende da estrutura em que ocorre – pode ser objeto de um estado, suportar um processo ou ser afetado por uma ação. Os outros três casos ocorrem com tipos específicos de verbo. O *Experienciador* suporta um evento psicológico de sensação, emoção, ou cognição, em verbos como “saber”, ou ocorre como objeto indireto, como em frases com o verbo “dizer”. O *Benefativo* é o possuidor de um objeto, em verbos como “ter”, ou o *não-Agentivo* em outro grupo na transferência de propriedade de verbos do tipo “dar”. O *Locativo* é a localização estática de um objeto com verbos de estado, “estar em”, mas é um *Locativo* de direção em verbos como “deslocar” (COOK, 1974).

Hoyos (1997) segue as orientações fillmorianas e considera que cada um dos termos regidos pelo verbo (actantes) desempenha um papel semântico e estabelece, dentre outros, os casos *Quantitativo* e *Qualitativo*. O primeiro indica o peso, preço, medida etc. inerente ao A1

(“A sessão durou três horas”) e o segundo, que indica a qualificação ou estado do ser ao qual se refere a ação (“Ele amanheceu triste”).

Nilsen (1972) estuda o estatuto dos casos semânticos fillmoreianos e propõe três pares de traços: *Controlador/Controlado*, *Causa/Efeito* e *Origem/Meta*. Esses traços estabelecem a relação entre dois casos num mesmo predicado. O autor também concebe os casos em pares, *Agente/Instrumento*, *Causativo/Paciente* e *Origem/Meta* e estabelece, assim, uma proposta fechada de ocorrência para os casos semânticos. Os três pares de traços representam classes variadas de especificações de uma única relação *Origem/Meta*. A relação *Controlador/Controlado* é uma subclasse da relação *Causa/Efeito*, que é, por sua vez, uma subclasse da relação *Origem/Meta* (NILSEN, 1972). O par *Agente/Instrumental* se relaciona com o par *Controlador/Controlado*, se este estiver contido na relação *Causa/Efeito*, que deverá estar contido na relação *Origem/Meta*.

Nesse sentido, o *Agente* teria os traços +*Controlador*, +*Causa* e +*Origem*, enquanto o *Instrumental* teria os traços +*Controlado*, +*Efeito* e +*Meta*. Mas o *Instrumental* também poderia ser a causa de uma relação *Causa/Efeito*, desde que se relacionasse não somente com o *Agente* numa relação *Controlador/Controlado*, mas também com o *Paciente*, como o caso *Causa* numa relação *Causa/Efeito*. Por isso, em adição aos traços +*Controlado*, +*Efeito* e +*Meta*, o *Instrumental* também tem os traços +*Causa* e, por isso, +*Origem*.

Sugere-se, portanto, um caso *Causativo* que se refira ao *paciente*, que tem o traço *Causa* e, por isso, *Origem*. O *Causativo* difere do *Instrumental* por não ser controlado pelo Agente e não ter os traços +*Controlado*, +*Efeito* ou +*Meta*. Finalmente, esse sistema propõe um caso *Origem* e *Meta* que tem somente os traços +*Origem* e +*Meta*, respectivamente (NILSEN, 1972).

Também é importante a noção de perspectiva que Fillmore (1977) lança no artigo *The Case for Case Reopened*. Salienta o autor que os significados da sentença podem ser relativizados pela cena e que o repertório de casos não é idêntico para o mesmo grupo de noções. Dá o seguinte exemplo: numa descrição de um evento comercial pode ser identificado o *comprador*, o *vendedor*, o *dinheiro* e o *benefício*. Todos esses aspectos podem ser manifestos, ou então somente um (depende do que estaria dentro da perspectiva). Por exemplo, considerando a perspectiva do *comprador* e do *dinheiro*, a sentença seria “*Eu paguei para Harry cinco dólares*”¹³ (FILLMORE, 1977, p. 73).

Outro exemplo poderia ser a frase “*Vende-se casa*”, na qual há a descrição da proposta de um evento comercial em que está identificado apenas o “*benefício*”. *Comprador*, *vendedor* e *dinheiro* ficam omitidos justamente para despertar a negociação (às vezes encontra-se o número do telefone, às vezes é indicado o local, mas são indícios de que, por qualquer motivo, não se quer nominar o agente da negociação, como ocorre em letreiros colocados nos portões de residências que estão à venda: “*Vende-se. Tratar pelo telefone...*”). Entender

¹³ “I paid Harry five dollars”.

assim a formação da frase pode ser uma alternativa coerente para explicar os casos de facultatividade dos complementos verbais.

2.4 A lista de actantes sugerida por Vilela e Busse

Ressalta-se que, aqui, recorreu-se à lista de casos semânticos fillmorianos para explicitar algumas características dos actantes não muito evidentes. Allerton (1982), ao discutir os problemas da valência verbal, afirma que é tarefa da análise sintática reduzir a vasta variedade de sentenças e partes de sentenças a um número limitado de modelos recorrentes que se combinam mutuamente. Porém, estabelecer modelos que sirvam para generalizar o número de sentenças de uma língua é uma tarefa difícil.

Esse autor se detém nos detalhes específicos dos verbos quanto ao seu número de lugares vazios. Verifica, portanto, especificidades referentes aos verbos avalentes, monovalentes, bivalentes, trivalentes e tetravalentes. Por exemplo, registra que os avalentes não possuem um marcador (actante) verdadeiro, nem mesmo um sujeito de valência, muito embora no Inglês seja necessária a marca, como em "*It is snowing (heavily)*" (seria este o caso de um sujeito nulo). Esses verbos, de forma geral, retratam fenômenos meteorológicos (chamados verbos ambientais), e são denominados geralmente intransitivos. Parece ser uma classe ampla, mas na qual, segundo Allerton (1982), não devem figurar os verbos que podem admitir um segundo actante e que, porém, podem perdê-lo por supressão contextual. Genericamente, tais verbos

(intransitivos) abrangem atividades que podem ser executadas por uma entidade ou grupo de entidades (que devem ser animadas) sem interagirem com mais alguém ou alguma coisa. São compatíveis, com esse tipo de verbo, atividades corporais como *falar, tossir, desmaiar, arranhar-se, berrar etc.*¹⁴ (ALLERTON, 1982, p. 94-96). O autor prossegue as suas observações descrevendo as possíveis valências e assim tenta padronizar a presença dos marcadores (actantes).

Vilela e Busse (1986), em *Gramática de Valências*, estabelecem uma análise, embora não exaustiva, de frases da língua portuguesa partindo da noção de valência sintática e semântica. Ao discutir a valência sintática, apresentam dez tipos de actantes. A sua lista segue critérios que merecem atenção e contempla exemplos que podem esclarecer a caracterização dos complementos verbais. Os autores lidam com os critérios da posição, da marca e da pronominalização, e com a estrutura interna dos actantes. O trabalho dos linguistas é reflexo da grande contribuição dos estudos alemães para melhor compreensão da estrutura das diversas línguas, em especial da língua portuguesa.

Sintetiza-se, a seguir, a parte da descrição dos actantes (A), proposta pelos autores:

A1: sujeito tradicional

Posição: antes do verbo;

Pronominalização: eu, tu, ele, isto etc.

Exemplo: Uma empresa portuense apresenta computadores novos.

¹⁴ bark, blink, cough, faint, graze, howl, etc.

A2: complemento direto tradicional

Posição: depois do verbo;

Pronominalização: me, te, se, o etc.

Exemplo: Uma empresa portuense apresenta computadores novos.

A3: complemento indireto tradicional

marca: preposição a;

Pronominalização: me, te, nos, vos, **lhe**, a isso.

Exemplo: A empresa apresenta os computadores ao público.

A4: complemento preposicional (com preposição fixa);

Marca: de, a, em etc.

Pronominalização: preposição mais pronome (forma oblíqua) de/ a/ em...mim, ti, si, ela, ele...

Exemplo: Precisamos de ajuda.

A5: actante *Locativo*

Marca: em, dentro de... mim, ele, isso;

Pronominalização: aí, lá, ali, nesse lugar etc.

Exemplo: O João vive em Lisboa.

A6: actante direcional

Marca: para, a, de...

Pronominalização: preposição + lá, aí, esse lugar etc.

Exemplo: Irei para Lisboa.

A7: actante temporal

Marca: para, de, desde...

Pronominalização: para então/ essa hora etc.

Exemplo: Ele adiou a discussão para mais tarde.

A8: actante de medida, duração, preço

Marca: zero

Pronominalização: isto, tanto, pouco, muito etc.

Exemplo: A sessão durou três horas.

A9: actante modal

Marca: advérbio modal ou de + uma maneira etc.

Pronominalização: assim, deste modo etc.

Exemplo: Ele comporta-se bem /como um homem.

A10: predicativo: são os nomes predicativos de complemento direto da gramática tradicional, e também os nomes predicativos de verbos bivalentes

Posição: antes ou depois do A2 com o qual coocorre

Exemplo: Acho o novo colaborador inteligente. (VILELA; BUSSE, 1986, p. 35-41).

Esses dados retratam uma descrição dos complementos verbais da frase em língua portuguesa que possibilita questionamentos muito importantes. Pondera-se inicialmente que, da lista, poderia ser excluído o A6, *actante de direção*, apresentado com a marca *para, a, de*, pois suas características evidenciam um *Locativo*. Também seria conveniente acrescentar um actante que representasse o agente da passiva e outro que representasse o predicativo do sujeito. Na descrição do A8, que indica Medida, Duração, Preço, é preciso ponderar que o termo *Duração*, que faz parte da denominação genérica desse actante, carrega traços muito específicos de tempo e os exemplos dados pelos autores também sugerem essa noção. Vejam-se os exemplos dados para o A8:

Este actante ocorre com verbos tais como durar, pesar, medir, custar.

A sessão durou **três horas**.

*A sessão durou-**as**.

A sessão durou **muito tempo**.

A sessão durou **isso**.

Quanto tempo durou a sessão? (VILELA; BUSSE, 1986, p. 39).

As estruturas negritadas demonstram que existe uma evidência de tempo marcada no verbo *durar*, que enquadra seus complementos como actantes temporais. A própria pergunta “**Quanto tempo**” revela esse valor.

Vilela e Busse (1986), ao definirem o *Locativo*, demonstram que pode ocorrer ou simultânea ou alternadamente com outros actantes, e ter-se-ia um A5a, uma subclasse do A5. Os verbos “*ocorrer, suceder, dar-se e acontecer... (onde, como, quando)*” são listados para comprovar este subactante. Veja-se um exemplo dado pelos autores: “A sessão decorreu **na sala ao lado desde ontem até hoje de manhã**” (VILELA; BUSSE, 1986, p. 38).

Quanto ao A10, Vilela e Busse (1986) definem como nomes predicativos de complemento direto da gramática tradicional e como nomes predicativos de verbos bivalentes, condicionados à presença do A2. Observem-se os seguintes contextos de ocorrência:

Achar alguém + adjetivo

Considerar alguém como + adjetivo/substantivo

Ter alguém por + adjetivo/substantivo

Eleger alguém + substantivo (VILELA; BUSSE, 1986, p. 40).

Os exemplos a seguir foram simulados para esses contextos:

Eu acho a Maria bonita.

Considero você *como atenta / como meu irmão.

Tenho-o por competente/chefe.

Elegi você deputado/a mais bonita do baile.

Nos exemplos, verifica-se diferença sutil entre as três primeiras frases e a última. Enquanto nas três primeiras há verbos que expressam uma posição pessoal, de cunho sentimental ou mesmo opinativo, na última frase (“Elegi você deputado”), o verbo impõe a mudança de uma condição. Pode ser que essa diferença se evidencie no plano sintático e demarque limites que definem diferentes casos semânticos. Na sequência, o autor dá os seguintes exemplos:

Como é que achas o novo colaborador?

Por que que ele é tido?

Como consideras tu isto?

Por que é que passa o primeiro ministro?

Ele vale por aquilo que diz.

Ele vale por isso (VILELA; BUSSE, 1986, p. 40-41).

A “posição” consta como critério da descrição do A1 (antes do verbo), do A2 (depois do verbo) e do A10 (a sua posição pode ser antes ou depois do A2, com o qual deve coocorrer) (VILELA; BUSSE, 1986, p. 40-41). Ressalta-se que a posição do A4 (depois do verbo), justamente por ter uma preposição fixa (como ocorre em

“Preciso de ajuda” e “Necessito de você”) é um traço evidente.

O critério *marca* (voltado exclusivamente para o uso das preposições) é indicado para o A3 (preposição *a*), A4 (*de, a, em*), A5 (*em, dentro, de ... mim, ele, isso*), A6 (*para, a, de*), A7 (*para, de, desde*), A8 (*marca zero*) e A9 (*advérbio de modo ou de + uma maneira*).

Os autores indicam a pronominalização dos actantes para demonstrar alguns detalhes:

A1: eu, tu, ele, isto...

A2: me, te, se, o, ...

A3: me, te, nos, vos, **lhe**;

A4: preposição mais pronomes (forma oblíqua) de/a/em...mim, ti, si, ela, ele...;

A5: aí, lá, ali, nesse lugar...

A6: preposição (*para, a, de*) mais lá, aí, esse lugar;

A7: para então/ essa hora...

A8: isto, tanto, pouco, muito...

A9: assim, deste modo (VILELA; BUSSE, 1986, p. 35-40).

Os autores negritam o *lhe* para mostrar que a diferença básica entre o A2 e o A3 é que o primeiro não admite este pronomes e o segundo o tem como referência singular. Para o A10, não é mencionada uma pronominalização.

Ao verificarem a estrutura interna dos actantes, Vilela e Busse (1986) mostram que podem realizar-se como sintagma nominal, como oração subordinada completiva ou como construção infinitiva.

O Actante Temporal pode aceitar uma oração subordinada, como ocorre em “Ele marcou a reunião **para**

quando você chegar”, “O acidente ocorreu enquanto você passava” e “A sessão decorreu antes que pudéssemos perceber”¹⁵.

Em forma de nota, Vilela e Busse (1986) afirmam ser possível para qualquer tipo de actante a inserção de uma frase relativa sem ponto de referência. Os exemplos são:

A1: Quem canta seu mal espanta.

A2: Faz o que te apetecer.

A3: Faz o bem sem olhares a quem (se o fazes).

A4: Pensa no que quiseres, mas pensa bem.

A5: Vive onde te sentires bem.

A6: Vai para onde te pagam melhor.

A7: Marca a reunião para quando quiseres.

A8: O governo durou o que podia durar.

A9: Comporta-te como sempre o fizeste.

A10: Ele chamou-lhe o que lhe podia chamar na ocasião (VILELA; BUSSE, 1986, p. 46).

¹⁵ Na gramática de Rocha Lima (1985) consta:

“O modo (juntamente com o tempo e lugar) é a mais fundamental das circunstâncias. Mas em Português, assim como não existem conjunções locativas, assim também não existem conjunções modais; de sorte que, no plano do período composto por subordinação, as circunstâncias de modo somente aparecem sob a forma de oração REDUZIDA (de gerúndio)” (ROCHA LIMA, 1985, p. 256, grifos nossos).

Quanto à noção de modo, Sacconi (1983), em sua gramática, admite orações subordinadas com a conjunção *sem que* e acrescenta-se a expressão *de modo que* como outro indício dessa função. Para o “Actante de Medida, Duração, Peso” também é possível encontrar uma oração subordinada, conforme se vê na frase “*Esse quadro custa quanto avaliarem*”.

Quanto à falta de ponto de referência, Rocha Lima (1985) explica tratar-se de relativos condensados. São eles: *que, quem, quanto, onde e como*, que podem ser usados sem antecedente, ou melhor, podem condensar em si duas funções: uma de um termo da oração principal, e outra de um termo da oração adjetiva. Para efeito de análise, é conveniente restaurar o antecedente omitido – com o que se tornará mais nítida a estrutura de cada uma das orações. Um exemplo de Rocha Lima (1985) pode ilustrar esse ponto de vista. Em “*Aquele que tem boca vai a Roma*”, “*Aquele vai a Roma*” é a oração principal e “*que tem boca*”, a oração subordinada adjetiva restritiva (ROCHA LIMA, 1985, p. 243). Observa-se que tais constatações são muito importantes, pois as subordinadas adjetivas fazem parte da estrutura dos actantes de forma peculiar porque acrescentam desdobramentos peculiares do núcleo substantivo.

Verbo: uma questão semântica

A conjugação actante, caso semântico e os traços casuais de Nilsen (1972) proporcionaram o entendimento de que um “evento”, um “acontecimento”, parece trazer implícito *um ponto de partida, um elemento intermediário e um ponto de chegada, bem como uma situação que demarque o evento*. Por isso, propõe-se, aqui, organização da estrutura sintático-semântica da oração em quatro grupos básicos: **Origem/Suporte/Meta/Circunstancial**, os quais retratariam:

a) seres animados, inanimados, situações ou eventos que marcam a **Origem** do processo, da ação ou do estado;

b) seres animados, inanimados, opiniões, impressões, sensações, ou *um resultado específico decorrente da ação verbal* que denotam espécie de **Suporte**, de elo entre **Origem** e **Meta**;

c) seres animados ou inanimados marcam o ponto de chegada (**Meta**) do que fora desencadeado pelo verbo;

d) circunstâncias em que se desenvolve a ação verbal.

Na sequência, estão dispostos os casos semânticos propostos, enquadrados nos grupos sugeridos,

mediante as orientações teóricas aqui seguidas. Os casos semânticos aqui expostos são decorrentes dos teóricos até agora comentados. Estão destacados em negrito, e ressalta-se que a lista é apenas uma sugestão e não esgota todas as possibilidades de organização sintático-semântica da frase.

3.1 Grupos e casos semânticos

Grupo Origem

a) *Agentivo*: ser que instiga e executa a ação verbal, com o poder de controlar e instigar a ação verbal. Pode ter o traço +animado, mesmo que se trate de uma empresa, uma embarcação, no sentido de executar a ação.

Ele traduziu o artigo.

A empresa admitiu novos funcionários.

A casa foi vendida **por ele**.

O filho obedece **ao pai**.

Ela recebeu críticas **do diretor**.

b) *Causativo*: ser +animado ou -animado ou situação que desencadeia ou controla a ação verbal (no sentido de provocar, motivar ou incitar).

Toda a gente teme **a guerra**.

A fome causou muitas mortes.

A virose gerou pânico nos moradores da aldeia.

O vento derrubou a árvore.

c) *Instrumental*: ser de origem inanimada que auxilia na ação verbal, mas sem o traço +instigador.

A **faca** cortou o menino.

O **caminhão** transportou a carga.

Os **satélites** informaram a presença de muita chuva na região sul.

d) *Expositivo*: ser animado ou inanimado exposto a uma apreciação; não recebe o traço do controle.

Os **vestidos** ficaram ótimos.

As **passagens** não estão no arquivo.

O **acidente** ocorreu ontem.

Este **monumento** data de 1860.

A **sessão** durou três horas.

Observação: frases em que não há o traço +*Instigador* da ação (ou de ação não ocorrida) é possível considerar um *Expositivo*. Exemplos são:

Ele não estudou **a lição**.

Ele deveria estudar **a lição**.

Todos aguardarão **o espetáculo**.

Grupo Suporte

a) *Dativo*: ser com o traço -animado afetado pela ação verbal.

Ele pôs **o livro** na estante.

Ele avaliou **os custos da construção** em mil contos.

Ele definiu **a obra** como uma coletânea.

b) *Factitivo*: caso do ser, com o traço -animado, cuja existência resulta da ação expressa pelo verbo.

O professor preparou **a aula**.

Ele nomeou a Maria **secretária**.

Ele expediu **o alvará**.

Ele escreveu **a carta**.

c) *Opinativo*: trata-se do caso que indica uma espécie de interpretação, apreciação, conclusão ou sugestão.

A verdade é **que poucos encontraram a resposta**.

O atleta é **mais esperto do que eu pensava**.

O clube está **mais bem colocado no campeonato estadual**.

A solução foi **pouco satisfatória**.

Parece **que as cotas foram vendidas indevidamente**.

Nós sabemos **que o controle da poluição está prejudicado**.

Grupo Meta

a) *Experienciador*: ser +animado e propriamente +humano, que vivencia os reflexos da ação de verbos que expressam eventos psicológicos.

Eles se arrependeram.

Toda a gente teme a guerra.

Ele feriu **o inimigo**.

Os vestidos assentam-**lhe** bem.

O barulho incomoda **o rapaz**.

A vitória agitou **os torcedores**.

Maria pensa em **ti**.

b) *Destinatário*: ser que pode ter o traço +animado ou -animado, para o qual se destina a ação.

Ele recebeu uma carta.

Os fiéis oram **a Deus**.

Ele deu-**lhe** o livro.

Ele enviou a carta **para o professor**.

Ele vendeu a casa **para Pedro** por oitenta mil reais.

Grupo Circunstancial

a) **Modal**: indica *como* é desenvolvida a ação verbal.

Eu me sinto **bem**.

Ele tratou-me **com indiferença**.

O diretor julgou o assunto **com cautela**.

Ele agiu **com prudência**.

Ele calculou **mal** os juros.

b) **Temporal**: tempo em que determinada ação se desenvolveu, ou se desenvolve, ou se desenvolverá.

O acidente ocorreu **ontem**.

Este documento data **de 1860**.

O campeonato durou **a noite toda**.

A sessão foi marcada **para amanhã**.

A sessão decorreu **desde ontem até hoje de manhã**.

c) **Locativo**: expressa o local em que determinada ação é desenvolvida e a procedência ou a direção para a qual se orienta a ação.

Ele encontra-se **no Porto**.

O comboio vai **para o Porto**.

Ele pôs o livro **na estante**.

Eles passaram três dias **no aeroporto**.

O rapaz veio **da Suíça**.

Ele mora **no sítio**.

d) *Qualitativo*: indica uma qualidade atribuída a outro ser.

Ela permaneceu **feliz**.

A professora está **alegre**.

Maria ficou **furiosa**.

Ela permaneceu **ansiosa**.

e) *Quantitativo*: peso, preço, medida etc. inerente ao ser que está sendo apreciado quantitativamente.

Ele vendeu a casa por **oitenta mil reais**.

O pacote pesa **dois quilos**.

A moça mede **um metro e sessenta centímetros**.

O prédio foi avaliado **em vinte mil reais**.

A porta mede **dois metros de altura**.

f) *Consecutivo*: indica sentimentos e sensações e parecem coocorrer geralmente com um *Experienciador*.

Eu sinto **medo**.

Ela sente **frio**.

Fillmore (1968), ao explicar que os casos semânticos refletem uma relação de dependência com os verbos, que se traduz na identificação de seres que indicam “quem fez”, “com quem aconteceu” e “o que foi mudado”, apresenta uma conceituação em aberto, que pode ser completada por outros dados, tais como *o que se pensa disso, o que aconselhar para isso; a causa de isso ter ocorrido*. Essa constatação permite a proposta de casos particularmente atrelados a verbos específicos.

Os casos semânticos servem como auxiliares na análise dos complementos verbais, mas não significa que haja uma correspondência unívoca. Observem-se, por exemplo, nas frases seguintes, que o sentido do verbo *pegar* está atrelado ao perfil semântico do objeto direto. Todos os complementos são objetos diretos, mas não se trata do mesmo caso semântico.

A senhora (*Agentivo*) pegou o ônibus (*Dativo*) (**entrou**).

A senhora (*Agentivo*) pegou o pacote (*Dativo*) (**segurou**).

A senhora (*Experienciador*) pegou uma gripe (*Consecutivo*) (**contaminou-se**).

A senhora (*Experienciador*) pegou uma birra (*Consecutivo*) (**irritou-se**).

A senhora (*Agentivo*) pegou a explicação (*Consecutivo*) (**entendeu**).

3.2 Verbo: noção de complemento verbal

Os comentários desta parte são resultado das reflexões até agora apresentadas. É usada a terminologia constante na maioria das gramáticas tradicionais, com a finalidade de obter-se mais aproximação com o cotidiano do professor. Porém, é o valor semântico tanto do verbo quanto dos elementos a ele subordinados, direta ou indiretamente, que rege o foco das reflexões. Portanto, as orientações são teóricas, e destoam consideravelmente da tradição gramatical, embora se recorra à terminologia tradicional.

3.2.1 Complementos verbais: na tradição gramatical

Concordar com o verbo em número e pessoa é característica definidora do sujeito, se considerado que o verbo é o centro da oração¹⁶. Hoyos (1993) comenta que as relações entre sujeito e verbo divergem das relações dos demais complementos em dois pontos:

1) el sujeto es el único elemento que concuerda en persona y número con el verbo; 2) el sujeto es el único complemento que aunque no esté representado en el enunciado se hace presente en la forma verbal; o sea, sólo el sujeto puede aparecer marcado dos veces en los enunciados del español y del portugués (HOYOS, 1993, p. 21)¹⁷.

Quanto à possibilidade de ocorrer como oração subordinada no papel de sujeito, é provável que tudo dependa do lexema verbal. Rocha Lima (1985) expõe comentários interessantes em sua gramática sobre a especificidade do verbo que aceita o sujeito oracional.

Costuma haver certa vacilação no pronto reconhecimento das orações substantivas subjetivas. Atente-se, pois, para

¹⁶ Esse pressuposto exclui o complemento nominal de estatuto igual ao dos objetos direto e indireto e ainda do agente da passiva, uma vez que está vinculado a um núcleo substantivo, adjetivo ou adverbial.

¹⁷ 1) o sujeito é o único elemento que concorda em pessoa e número com o verbo; 2) o sujeito é o único complemento que embora não esteja representado no enunciado faz-se presente na forma verbal; ou seja, só o sujeito pode aparecer marcado duas vezes nos enunciados do espanhol e do português (HOYOS, 1993, p. 21).

os principais esquemas de construção em que elas figuram - observando-se particularmente os verbos da oração principal.

São os seguintes, quando em terceira pessoa e seguidos de *que*, ou *se*:

- a) de conveniência: *convém, cumpre, importa, releva, urge* etc.
- b) de dúvida: *consta, corre, parece* etc.
- c) de ocorrência: *acontece, ocorre, sucede* etc.
- d) de efeito moral: *agrada, apraz, admira, dói, espanta, punge, satisfaz* etc.
- e) na passiva: *conta-se, sabe-se, dir-se-ia, é sabido, foi anunciado, ficou aprovado* etc.
- f) nas expressões dos verbos *ser, estar, ficar*, com substantivo, ou adjetivo: *é bom, é verdade, está presente, ficou claro* etc.

Exemplos:

Convém / que não faltes a essa reunião.

Sucedeu / que todos se retiraram ao mesmo tempo.

Parece / que choverá logo mais.

Dói-me / que o maltratem tanto.

Conta-se / que ele já esteve preso.

Está claro / que ninguém acreditará nessa história.

Não se sabe / se haverá aula amanhã (ROCHA LIMA, 1985, p. 236).

Esses exemplos comprovam que o sujeito é subordinado ao verbo e que as orações subordinadas substantivas subjetivas representam sentidos complexos, que podem vincular-se a verbos que expressam opinião ou com teor modalizante. O objeto direto caracteriza-se pela ausência de preposição, e sua representação como oração subordinada fica atrelada a

um conjunto específico de verbos: os que carregam o traço sentimental, opinativo ou também em construções tradicionalmente chamadas discurso indireto. Exemplos são: *O síndico disse que o empregado chegou*, *Todos sabem que o livro está na livraria* e *Ele espera que o contrato seja reconhecido*.

Segundo Vilela e Busse (1986), com verbos de sentimento, é possível introduzir uma preposição *se* o lugar vazio for preenchido por um termo correspondente à classe +humano, ou pelo menos +animado. Ocorre obrigatoriamente *a* na construção *Ama a Deus*. Noutros casos, é facultativo o uso da preposição, sobretudo com pronomes, como em *Ele não ama (a) ninguém*.

O autor cita o uso de *a* condicionado sintaticamente, em que serve para marcar a distinção de objeto direto relativamente a sujeito, ou de sujeito relativamente ao predicativo: "*Feriu o caçador ao leão*", "*A Pedro vi furioso*" e "*A advogado nunca mintas*" (VILELA; BUSSE, 1986, p. 36).

O objeto indireto pode receber duas características: substantivo ou expressão substantiva ligada ao verbo por meio de preposição (*a* e *para*) e pode ocorrer com verbos trivalentes. Se caracterizado pela preposição fixa (*com*, *em*, *para*, *de*, *a*, *em*), ocorre geralmente em estruturas bivalentes, mas também em trivalentes, e aceita oração subordinada.

Observa-se que, para a maioria dos gramáticos, com raras exceções – o caso de Rocha Lima (1985) –, a preposição é suficiente para caracterização do objeto indireto, conforme pode ser visto nos complementos

negritados nas seguintes frases “*Ele desconfia de tudo*”, “*Acredito em Deus*” e “*O inimigo resistiu ao ataque*”. Para Sacconi (1983), seria possível aceitar que certos verbos admitem dois objetos indiretos, como em “*A mulher se queixou do patrão à polícia*” e “*Ele desculpou-se do ocorrido à namorada*” (SACCONI, 1983, p. 265).

Não faz parte da tradição gramatical aceitar como complemento verbal estruturas sintáticas que indicam lugar, tempo, medida, duração, preço, modo e consecução. Mas é possível verificar que representam uma espécie de extensão do próprio lexema verbal:

a) Local: complemento que se liga ao verbo cujo lexema indique local, com ou sem preposições (*em, de, a, para*). Exemplos: “*Ele mora em Lisboa*”, “*Ele veio de Lisboa*” e “*Ele vai para Lisboa*”.

b) Tempo: o lexema verbal solicita complemento que indique tempo, com ou sem a presença de preposições ou de conjunções. Exemplo: “*A sessão durou duas horas*”.

c) Modo: liga-se ao verbo (que indique a ideia de *modo*) com ou sem a presença de conjunções modais (conjunções possíveis são *de modo que, de forma que, em que*) ou de preposições. Exemplos: “*Maria comportou-se bem*” e “*Ele agiu com decoro*”.

d) O predicativo do objeto de verbos transitivos diretos, que retratam uma mudança na condição do caso que se realiza como objeto direto, pode indicar o caso *Factitivo*, como na frase *Eu nomeei a Maria secretária* (antes da ação de “*nomear*”, a função de secretária não correspondia à Maria, pelo menos

formalmente¹⁸). Nesse caso, há complemento verbal. Nas frases com *verbo transitivo direto e predicativo do objeto*, do tipo “*Eu o encontrei chateado*”, o predicativo não denota uma mudança de condição, nesse exemplo poderia ser um Experienciador. O predicativo do sujeito que ocorre com verbos transitivo direto e indireto pode funcionar como adjunto adverbial. Exemplos: “Ele presidiu a reunião **preocupado**”, “Ele assistiu à aula **chateado**” e “Ele foi ao colégio **apressado**”.

e) Agente da passiva: complemento verbal que pede as preposições *per* e *de*. Exemplos: “A reunião foi presidida **por ele**” e “A rua foi cercada **de carros**”.

3.3 Dependência e valência

O termo dependência significa hierarquia, porque o verbo rege os demais elementos da frase. Em cada elemento vinculado ao verbo, quer complemento, quer adjunto adverbial, também há dependência hierárquica. Para explicar a dependência dos demais elementos da frase com o verbo, que é o elemento central, considera-se, então, a subordinação imposta pelo lexema verbal que aponta não só o número de complementos e dita suas características sintáticas, mas também os elementos facultativos, os adjuntos adverbiais, também

¹⁸ Essa estrutura pode ser comparada com “*Eu decretei feriado*” e “*Eu decidi que a Maria é a nova secretária*”. São estruturas diferentes, mas que marcam a presença do *Factitivo*, porque o próprio lexema do verbo indica mudança de condição.

relacionados ao verbo, porém não diretamente ligados ao lexema. Valência é um termo usado para representar o número de lugares vazios que cada verbo comporta. Esses lugares vazios estão inscritos no lexema, e seu número depende de cada verbo.

Em língua portuguesa, há verbos avalentes, monovalentes, bivalentes, trivalentes e tetravalentes. Na sequência, apresentam-se os complementos verbais em negrito e os adjuntos adverbiais sublinhados.

- I) Avalentes - sem complemento verbal.
Normalmente indicam fenômenos da natureza.
 - 1a. Choveu por volta da meia noite na Bahia.
 - 2a. Trovejou em São Paulo.
 - 3a. Neva todo o ano em Gramado.

- II) Monovalentes - um complemento verbal.
 - 1b. Maria dormiu. (Sujeito - **Maria**)
 - 2b. Há flores lindas neste jardim. (Objeto direto: **flores lindas**)
 - 3b. Neste documento consta sua assinatura. (Sujeito: **sua assinatura**)
 - 4b. Faz frio nesta cidade. (Objeto direto - **frio**)

- III) Bivalentes - dois complementos verbais.
 - 1c. Maria comprou um livro. (Sujeito - **Maria**; Objeto direto - **um livro**)
 - 2c. Compre um livro. (Sujeito: **Vocês**; Objeto direto: **um livro**)
 - 3c. Ela estudou a lição. (Sujeito: **Ela**; Objeto direto: **a lição**)

4c. Ele sancionou a lei. (Sujeito: **Ele**; Objeto direto: **a lei**)

IV) Trivalentes - três complementos verbais.

1d. Maria deu um livro ao José. (Sujeito - **Maria**; Objeto direto - **um livro**; Objeto indireto - **ao José**)

2d. Ele ofertou solidariedade aos colegas. (Sujeito - **Ele**; Objeto direto - **solidariedade**; Objeto indireto - **aos colegas**)

3d. Um livro foi dado ao colégio pela Maria. (Sujeito - **Um livro**; Objeto indireto - **ao colégio**; Agente da passiva - **pela Maria**)

4d. Todos entregaram os documentos ao diretor. (Sujeito - **Todos**; Objeto direto - **os documentos**; Objeto indireto - **ao diretor**)

V) Tetravalentes - quatro complementos verbais.

1e. Ela traduziu o texto do espanhol para o italiano. (Sujeito - **Ela**; Objeto direto - **o texto**; **do espanhol**; **para o italiano**)

2e. A empresa transportou os livros de São Paulo para Salvador. (Sujeito - **A empresa**; Objeto direto - **os livros**; **de São Paulo**; **para Salvador**)

Verbo: um olhar para o ensino

O pensamento só começa com a dúvida

Roger Martin Du Gard

Na maioria dos livros didáticos, os fatos linguísticos¹⁹ ainda são explicados conforme os preceitos da gramática tradicional. Os pressupostos básicos da Teoria das Valências podem propiciar importantes reflexões sobre a forma como vem sendo convencionalmente descrita a oração, porque subsidiam versão sintática coerente e promovem a recorrência ao nível semântico: o sintático é visto como uma

¹⁹ Com relação à noção de oração e de frase, parece permanecer preocupação com exercícios de concordância verbal, sem que a noção de desinência número-pessoal esteja diretamente vinculada a conceitos básicos de variação linguística, principalmente com relação à variedade padrão, ou mesmo culta.

Entre os verbos *ter*, *haver* e *existir*, há diferença de emprego que se estabelece no nível da variedade linguística (formal x informal), que pode servir de base para o estudo do nível semântico. Sintaticamente, *existir* aceita sujeito, geralmente após o verbo, e *haver* e *ter* são impessoais e aceitam objeto direto. A diferença possível no nível da variedade ocorre entre *haver* (formal) e *ter* (informal), e nem sempre *existir* pode ser usado como correlato desses dois verbos (ao comparar as frases “*Havia dois refletores queimados naquele pátio*” e “*Existiam dois refletores queimados naquele pátio*”, verifica-se que não é norma o uso do verbo *existir* com sujeito que represente um caso com o traço -animado).

dependência hierárquica, e é o verbo o regente dos demais componentes da oração²⁰ – a noção de valência serve para elucidar que os complementos verbais são dados constantes no próprio verbo; o nível semântico é uma espécie de trama que pode incorporar *quem fez, com quem aconteceu, o que causou, o que aconteceu, o que foi envolvido no acontecimento* etc. Na formação sintática da frase, ficam registrados os componentes da trama (semântica), o que depende da expectativa lançada na oração.

A relação “função sintática e função semântica” propiciou entender que a correlação *Origem/Suporte/Meta/Circunstancial* é um circuito do qual podem ser retirados os elementos que vão demarcar a expectativa a ser lançada na frase. Observe-se um contexto simulado: Organizadores de um concurso de poesia deram um prêmio a um estudante e não querem ou não precisam citar os organizadores (o *Agentivo*), assim, podem ser formuladas as seguintes frases: *Ele ganhou o prêmio; Ele foi homenageado; Ele recebeu o prêmio* e *O prêmio foi dado a ele*. A escolha do verbo é um dado relevante para marcar a expectativa, pois em cada verbo está inscrito o número de complementos e sua qualidade sintática. O verbo *ganhar* pede *Experienciador* ou *Dativo*; *homenagear* pede, na voz passiva, um *Experienciador*; *receber*, um *Destinatário* e um *Dativo*; e *dar*, na voz passiva, *Dativo*

²⁰ A importância central do verbo pode ser encontrada na gramática tradicional, e no ensinamento de certos professores, quando se tenta explicar que o número de orações num período composto pode ser descoberto se forem contados os verbos da sentença. A estratégia comumente usada é “sublinhe os verbos e saberá”.

e *Destinatário*. Essa possibilidade de escolha deve ser vista como uma das estratégias para a produção de frases. Por exemplo, na indeterminação em voz ativa – mais especificamente com verbo na terceira pessoa do plural –, a omissão do agente é parcial por causa da marca verbal (*Deram o livro*); já na voz passiva, é possível indeterminar totalmente o agente, e o sujeito representa um *Dativo* (*O livro foi dado*).

Frases com o verbo *ser* retratam estratégia para repassar juízos de valor. Nessas frases, há evidência dos casos *Expositivo* e *Opinativo*. Contudo, a repetição de estruturas muito comuns pode ser reflexo da falta de leitura ou desconhecimento do assunto tratado. Frases com outros verbos poderiam ser uma opção para implementar vocabulário, e o manejo dos níveis sintático e semântico. A relação entre as frases “*A lei é injusta*” e “*O código penal brasileiro contém artigos ambíguos*” requer trabalho de leitura, em que código penal brasileiro possa ser acionado (não necessariamente como sujeito e *Agentivo*). Então, há uma mudança que vai de uma frase de sentido generalizado vago (*A lei é injusta*) para outra, em que se inscrevem detalhes.

Outro dado interessante é que a metáfora pode ser ensinada como a possibilidade de lidar com os traços + e/ou - animado, ou, então, + e/ou - humano. Na frase “*A escritora limpou o primeiro capítulo da sua obra*”, ocorre metáfora regida pelo caso estabelecido no objeto direto. Já em “*O homem abriga muitos sonhos*”, o sentido do verbo *abrigar* é imposto pelos sintagmas *O homem* e *muitos sonhos*. Também merecem atenção as frases formadas

por perífrases com *dever* e *poder*, em que o sujeito pode caracterizar-se semanticamente por um *Expositivo*.

A produção de frases depende de como lidar com as expectativas, de que verbo vai ser acionado e de que complementos vão figurar. Ensinar a estrutura da frase é ensinar a estrutura do verbo, o que é uma estratégia sintática e semântica. A descrição aqui proposta evidencia:

- a) o verbo como elemento central da frase;
- b) os complementos verbais caracterizados sintaticamente;
- c) a consideração de que o circuito *Origem/ Suporte/Meta/Circunstancial* é um rol de opções para a formação de expectativas a serem lançadas na frase.

A relação entre valência verbal e caso semântico pode ser pauta de estratégias a serem adotadas pelo professor em sala de aula. Para a interpretação de enunciados, e inclusive de textos de gênero secundário e da modalidade escrita, como artigos de opinião, a relação em tela pode proporcionar exercícios de ampliação dos sentidos das frases. A aplicação em sala de aula, se forem seguidos os pressupostos aqui apresentados e que têm como base a noção de que o verbo é o centro da frase, requer alguns esclarecimentos aos alunos.

Os alunos precisam conhecer a forma como o verbo se estrutura, e isso seria a primeira atitude do professor em seu planejamento de aula, uma vez que a base de

análise está justamente no entendimento de que as partes mórnicas do verbo ecoam sentidos para os demais elementos sintático-semânticos constituintes da frase/oração, que a ele estão ligados de forma direta ou mesmo indireta.

A considerar que a concordância verbal sempre foi assunto mais discutido, tanto no cerne da maioria das gramáticas tradicionais quanto nos poucos trechos sobre a questão em livros didáticos, nas pautas de reflexões em sala de aula, quer por se tratar de norma de uso que sustenta a variedade padrão, como reguladora de estatuto social, quer por se tratar de conteúdo mais viável nesse sentido mesmo, de aproximação com a modalidade escrita presente no interior da escola, a exemplo dos textos do livro didático. A concordância verbal, portanto, carrega dois sentidos que envolvem posições assumidas pelo produtor do texto: a pessoa do discurso e se essa pessoa está indicada no plural ou no singular.

No quadro a seguir, adaptado de Menon (1995), é possível verificar três importantes reflexões sobre os direcionamentos da gramática tradicional: 1) Os pronomes estão indicados a partir do uso efetivo da língua portuguesa (seria melhor dizer do Português Brasileiro/PB) na atualidade; 2) A expressão *pessoa do discurso* refere-se à posição que o produtor do enunciado assume com relação ao que enuncia; portanto, diz respeito à realização concreta da linguagem; 3) O uso dos pronomes está relacionado a uma noção de singular e plural, mas os pronomes ele/ela/eles/elas indicam o assunto abordado no enunciado. Dessa forma, trata-se

de estatuto diferente dos demais pronomes (1^{as} e 2^{as} pessoas).

Quadro 2 – Reflexões sobre direcionamentos da gramática tradicional

PESSOA	PRONOME SUJEITO
1ª pessoa singular	Eu A gente (para marcar indeterminação ou uma voz geral com a qual o “eu” concorda)
2ª pessoa singular	Tu (regionalismo) Você
3ª pessoa singular	Ele/Ela
1ª pessoa do plural	Nós Eu+Você(Tu) Eu+Ele/Ela Eu+Você(Tu)+Ele/Ela A gente
2ª pessoa do plural	Vós (para situações altamente cerimoniais) Vocês
3ª pessoa do plural	Eles/Elas

Fonte: Adaptado de Menon (1995)

Outra questão que precisa ser esclarecida aos alunos pode ser verificada nas frases “*Maria limpou a casa*”, “*Nós limpamos as arestas do texto*”, “*Eles limpam a alma*”, em que ocorre o caso **Agentivo** na função de sujeito. E, respectivamente, o caso **Dativo** indica, na posição de objeto direto, seres afetados pela ação verbal. A flexão verbal indica que as frases seguem padrão rígido de norma padrão, diferentemente do que ocorre se as frases fossem assim realizadas na modalidade oral/informal: “*Maria limpo a casa*”, “*Nóis limpo as aresta do texto*”, “*Eles*

limpo a alma". Embora a flexão verbal não interfira na relação entre *função sintática* e *caso semântico*, ela preserva a integridade de um texto formal, da modalidade escrita.

No escopo do verbo, ainda há sentidos que inter-relacionam os elementos linguísticos que compõem a frase: são as categorias de tempo, modo e aspecto. Com relação ao tempo, por exemplo, Gouvêa, com base em Weinrich, explica:

[...] a função dos tempos verbais não é a de marcar o tempo (cronológico), mas a de cientificar o ouvinte (ou leitor) quanto à *situação comunicativa* em que a linguagem se atualiza. São tantas as *situações comunicativas* quantas as situações da vida, o que o faz arrolar algumas, como *uma conferência científica, um diálogo, ou um relato de uma história, uma novela, enfim*. Os dois primeiros tipos constituem *situações de comentário*, enquanto os segundos, *situações de relato*. Isso significa que o falante apresenta o mundo, comentando-o ou relatando-o, enquanto o ouvinte o entende como um comentário ou como um relato. Os tempos verbais têm justamente a função de sinalizar a *situação comunicativa* e, segundo uma certa afinidade que apresentam com cada uma das duas ordens de situação, dividem-se em dois grupos. Pertencem ao grupo I o *presente, o pretérito perfeito composto, o futuro do presente simples e composto, além das locuções*. Pertencem ao grupo II o *perfeito simples, o imperfeito, o mais-que-perfeito, o futuro do pretérito, bem como as locuções*. Destaque-se que se trata dos tempos do *indicativo, pois os do subjuntivo* são considerados *semitempos* (GOUVÊA, 2004, s.p.).

No desenvolvimento da pesquisa da autora, demonstra-se que os tempos verbais podem indicar mobilidade que vai dos comentários aos fatos, o que

estaria vinculado, de certa forma, à necessidade de comprovação do que se afirma. Observe-se o que segue: “Todos os relatos dos moradores do prédio **indicam** que a votação **ocorreu** conforme o regimento do condomínio. Tanto **é** verdade que **é** o próprio síndico que **relata** o final da reunião: ‘Praticamente **houve** unanimidade na votação. **É** possível comprovar com as cédulas’”. Nesse caso, o comentário está implementado por um discurso direto, o que pode servir de argumento para a postura assumida pelo produtor do texto. Os tempos verbais consolidam a forma como o produtor do texto espera conseguir a adesão do interlocutor: observe-se que os verbos *indicar* e *ser* estão no presente, como estratégia de convencimento.

Por outro lado, a depender das frases, tempo verbal e modalização podem comandar a qualidade do caso semântico, que está obviamente atrelado ao lexema verbal. Observem-se as frases: “*Ela provavelmente passará de ano.*”; “*Você passou o recado?*”; “*Ela pode passar mal!*”; “*Nós não passaremos por aquela porta.*”; “*Passe este caderno, por favor?*”; “*Nós jamais passaríamos a limpo aquela lição*”. Em todas elas, o tempo verbal, elementos modalizadores, tipo de frase (pergunta, afirmação, imposição, exclamação) e o próprio fluxo do texto compõem os sentidos globais, porém compactados na instância linguística e fragmentados nas mais diversas possibilidades de leitura, nos mais diversos contextos de uso. Essa diversificação faz parte das condições de uso, as quais comandam, ou podem comandar, a pequena cena que se estabelece nas frases.

Em termos de lexema verbal, propriamente dito, exemplificações podem esclarecer indicações de leitura, com enfoque no microcosmo que é a frase. Verbos podem ser usados em sentido referencial (como *abrir*, *fechar*, *estourar*, *furar*, *quebrar* e *apagar*), em que se sobressai o sentido estrito; entretanto, outros sentidos podem ser acionados a depender dos elementos que atuam no lexema verbal. Mas pode ser que a polissemia movimente o uso do verbo. Para Borba (1996), “na polissemia sempre há uma única palavra cujo sentido se especializou, estendeu ou transferiu-se por comparação, admitindo pluralidade de empregos”. Considerem-se os exemplos a seguir:

- a) João **abriu** a porta do carro.
- b) João **abriu** o consultório às três da tarde.
- c) João **abriu** seu próprio consultório.
- d) **Aquela cantora abriu a nova temporada de rock.**
- e) João **abriu** os olhos para a vida.

Em (a) e (b), o verbo assume seu sentido estrito ditado, de certa forma, referencialmente. Nas demais frases, outros sentidos são agregados. Em (c), o sentido de *abrir* remete a determinado processo, que pode ter começado com um sonho, com investimentos financeiros ou intelectuais. Em (d), focaliza-se todo um processo que pode contemplar apresentações, danças etc. Em (e), prevalece o sentido metafórico, que abarca, inclusive, percepções, comentários, objeções ou até mesmo comportamentos. O verbo *abrir* propiciou um leque de derivações lexicais. Exemplifica-se o fato de o

sentido estrito de alguns verbos estar conjugado a determinado caso semântico. Em “*Maria abriu a porta*”, o verbo pode indicar ação instantânea: *Maria*, que é *Agentivo*, poderia ter usado vários dispositivos para abrir a porta, inclusive o arrombamento. Entretanto, embora o verbo comande os sentidos de seus complementos, também é verdade que os complementos agregam sentido ao verbo. Todos os complementos listados de a) a e) acionam ao verbo especializações que chegam ao patamar da metáfora: por exemplo, o caso de “*João abriu os olhos para a vida*” ou “*João abriu seu coração*”.

Os verbos destacados no recorte a seguir pontuam um intervalo de tempo de um pequeno drama que se estabelece para o personagem:

- No dia que *a Guarda-chuva enguiçou*, tinham saído com ela debaixo de uma chuva danada. [...] Ela ficou com frio e, pra ver se esquentava, começou a passar de pequena pra grande, de pequena pra grande, até que *estalou, enguiçou*, não passou pra mais nada. Foi nessa hora que *bateu* um vento forte (NUNES, 1993, p. 104).

O *Instrumental*, que se realiza em *a Guarda-chuva*, comporta o traço [+animado], mais a noção de tempo instantâneo, pode estabelecer sentido mais próximo das onomatopeias. Por outro lado, algumas onomatopeias podem representar mais fortemente a noção de “curto intervalo de tempo”, como seria, na parte negritada, em *A Guarda-chuva Splop! ploc!*, aqui para indicar que “*emperrou*”. E seria possível presumir que *A Guarda-chuva* seria uma espécie de *Expositivo*, uma vez que não

pode ser *Agentivo*, e talvez possa ser *Experienciador* em um mundo ficcional.

Outra possibilidade de aplicação ao ensino está na noção de caso semântico e na correlação entre os predicados nominal e verbo-nominal, com enfoque nos predicativos ou do sujeito ou do objeto e na noção de oração subordinada adjetiva explicativa, por um lado, e, por outro, na restritiva e no aposto como correlatos do adjunto adnominal. Observe-se o quadro a seguir:

Quadro 3 – Correlação entre os predicados nominal e verbo-nominal

1.1 Predicativo do Sujeito	1.2 Predicativo do Objeto	1.3 Oração Subordinada. Explicativa
O candidato é <i>honesto</i> .	O povo considerou <i>honesto</i> o candidato.	O povo considerou o candidato, que é <i>honesto</i> . (com verbo de ligação)
2.1 Adjunto Adnominal	2.2 Aposto	2.3 Oração Subordinada. Restritiva
O povo considerou o <i>honesto</i> candidato.	O candidato, <i>honesto</i> , foi considerado pelo povo.	O povo considerou o candidato que é <i>honesto</i> . (com verbo de ligação)

Fonte: Sella e Roman (2004, p. 194)

Os exemplos dados em (1) sugerem, no adjetivo *honesto*, a seguinte interpretação: em (1.1) e (1.2), representa-se, respectivamente, *Opinativo* e *Factitivo*. Em (1.3), *honesto* insere-se no *Opinativo*. Em (1.1), no predicado nominal, representa-se declaração na ambiência do discurso: *honesto* insere-se de maneira pontual. Em (1.2), *honesto* insere-se na avaliação que emerge do caso semântico *Agentivo* (O povo), e não do próprio produtor do texto, diferentemente do que

acontece em (1.1). Em (1.3), *honesto* integra uma estrutura indexada sintática e discursivamente ao núcleo substantivo que compõe o caso *Opinativo* e decorre do produtor do texto, mas como se fosse uma declaração sua, porém corroborada por outras vozes. Trata-se, então, de um traço semântico sutil e localmente demarcado. Nas frases de (2), verifica-se não um caso em *honesto*, mas um traço semântico inserido sintaticamente como determinante do núcleo substantivo: uma qualidade posta como aceita, já inclusa, antes do evento discursivo. Porém, tudo depende do uso efetivo. Dependendo da entonação, em “O candidato, *honesto*, foi considerado pelo povo”, o aposto pode soar como se fosse uma afirmação do próprio produtor do texto.

Portanto, nada impede que os exemplos de (2) denunciem, se avaliado o contexto, uma posição do produtor. Por exemplo, em (2.1), o termo *honesto* poderia resultar de sarcasmo. Em predicados nominais, ocorre uma espécie de declaração, de um juízo de valor, como o visto em “O candidato é *honesto*”. No momento em que se enuncia, em forma de predicativo, no predicado nominal, estabelece-se uma declaração. Quando essa declaração é absorvida como adjunto adnominal em uma frase como “O candidato *honesto* chegou”, apresenta-se um movimento polifônico que reafirma certa declaração já aceita anteriormente por outros interlocutores. Em predicados verbo-nominais, como em “O povo considerou *honesto* o candidato”, *ser honesto* faz parte da ambiência interna da frase, demarcada pelo verbo *considerar*.

Se a análise for estendida a textos, a relação do verbo com seus complementos pode exigir redimensionamento de enfoque, visto que o uso de determinado verbo e respectivos casos semânticos, e não outros, depende de toda uma orientação que se desejar empreender no texto.

Observem-se, na crônica a seguir, as ocorrências do *Causativo* (termos negritados):

As enchentes (*Factitivo*)

Lima Barreto

As chuvaradas de verão (*Causativo*), quase todos os anos, causam **no nosso Rio de Janeiro** (*Experienciador*), **inundações desastrosas** (*Factitivo*).

Além **da suspensão total do tráfego, com uma prejudicial interrupção das comunicações entre os vários pontos da cidade** (*Factitivo*), **essas inundações** (*Causativo*) causam **desastres pessoais lamentáveis, muitas perdas de haveres e destruição de imóveis** (*Causativo*).

De há muito que **a nossa engenharia municipal** (*Expositivo*) se devia ter compenetrado do dever de evitar **tais acidentes urbanos** (*Expositivo*).

Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia (*Expositivo*), não deve julgar **irresolúvel** (*Opinativo*) **tão simples problema** (*Expositivo*).

O Rio de Janeiro, da avenida, dos squares, dos freios elétricos (*Expositivo*), não pode estar à mercê **de chuvaradas, mais ou menos violentas** (*Expositivo*), para viver **a sua vida integral** (*Expositivo*).

Como está acontecendo atualmente, **ele** (*Expositivo*) é **função da chuva** (*Causativo*). Uma vergonha!

Não **sei** (*Agentivo*) nada **de engenharia** (*Expositivo*), mas, pelo que **me** (*Destinatário*) dizem **os entendidos** (*Agentivo*), **o problema** (*Expositivo*) não é tão difícil de resolver como parece

fazerem constar **os engenheiros municipais** (*Agentivo*), procrastinando **a solução da questão** (*Dativo*).

O Prefeito Passos (*Agentivo*), que tanto se interessou **pelo embelezamento da cidade** (*Factitivo*), descurou completamente de solucionar **esse defeito do nosso Rio** (*Expositivo*).

Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas (*Expositivo*), **o seu principal defeito** (*Expositivo*) a vencer era **esse acidente das inundações** (*Expositivo*).

Infelizmente, porém, **nos** (*Agentivo*) preocupamos muito com **os aspectos externos, com as fachadas** (*Dativo*), e não com **o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social** (*Expositivo*).

Retirado e adaptado de: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/LimaBarreto/cronicas/asenchentes.htm>

A proposta de identificação e classificação dos casos semânticos em textos, como a que se apresenta aqui, pauta-se principalmente no fato de que se trata de uma crônica. E esse gênero pode acomodar com mais frequência *Expositivos* e *Opinativos*. No caso da crônica em tela, verifica-se a ocorrência de um único caso *Opinativo*. Pode ser uma estratégia do autor do texto, uma vez que não se trata de tema de sua especialidade profissional. Sendo assim, não só imperam hipóteses, mas também reflexões; por isso, os verbos selecionados e respectivos tempos verbais e complementos acenam para processo que mais se aproxima de reflexões vagas e suposições que se enquadram no *Causativo*, uma vez que são enunciados fatos e não opiniões. Outro dado a observar consta da presença do *Factitivo*: a temática gera relações de causa e efeito e seria de esperar que esses dois casos aparecessem de uma forma ou de outra.

Na sequência, consta recorte retirado e adaptado do texto *Conservação e reúso da água em edificações* (ANA, 2005) e está sendo referenciado aqui para demonstrar que o gênero discursivo dita boa parte do perfil dos verbos utilizados nos textos. Os termos negritados referem-se a casos semânticos vinculados especificamente aos verbos em questão (*é, ocorre, deverá ser coletada, deverá ser armazenada, localizadas*), típicos de texto de teor científico, com o objetivo de esclarecer à população os cuidados com os recursos hídricos.

Impera o uso do *Expositivo*. Considere-se que, no recorte, o mais importante é descrever os objetos, por meio de detalhes que sejam suficientemente esclarecedores aos interlocutores.

5.7.3. Sistema de Coleta e Aproveitamento de Águas de Drenagem em Edifícios

A água de drenagem (*Expositivo*) é a **água coletada em edificações** (*Opinativo*) quando ocorre **escavação associada às fundações ou à construção subterrânea** (*Expositivo*), geralmente para a **implantação de garagens** (*Expositivo*). **Esta água** (*Expositivo*) **deverá**, então, ser coletada através de **um sistema de drenagem adequado** (*Instrumental*) e armazenada em **caixas** (*Dativo*) (ANA, 2005, p. 75).

Parece possível afirmar que, em textos mais argumentativos, os verbos, a depender da área do conhecimento, podem estabelecer cenas ora mais voltadas para os objetos de pesquisa, ora para o processo de análise propriamente dito, e pode ser que apareçam verbos decorrentes de estruturas composicionais distintas, pois a progressão textual depende de como o autor lida com tema, se o tema exige forma de comprovação de dados etc.

O *Expositivo* sinaliza esse tipo de escrita, em que o objeto de discussão é apresentado como resultado de pesquisas, de procedimento empírico mesmo. Dessa forma, as constatações não precisam emergir de um *Agentivo*, por exemplo.

O recorte de texto a seguir, retirado de livro técnico-científico, corrobora o que se afirmou anteriormente. Ocorrem verbos que estão mais afetos ao *Expositivo*, em voz passiva, e com certa carga de indeterminação, que praticamente exclui o *Agentivo*.

Assim sendo, a cidade e sua paisagem **não se apresentam** apenas por seus aspectos formais e construídos, tais como praças, casas, jardins e avenidas, entre outros. A cidade é fruto de um contexto social e **caracteriza-se** também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidas pelos usuários desse cenário urbano. Com isso, a cidade **transforma-se** em fonte geradora de estímulos perceptivos para quem a habita, **entendendo** por percepção basicamente a capacidade de gerar informação nova e diferenciada a partir dos elementos percebidos. Assim, cada espaço é entendido a partir das informações que se têm sobre ele, **surgindo** uma relação de interdependência entre o espaço e a informação. A apreensão de cada espaço **ocorre** por meio das formas de apropriação que se faz dele. Portanto, todo espaço edificado é identificado por determinadas características que compõem sua particularidade, **transformando-o** num LUGAR para aquela comunidade que o habita (LANDIM, 2004, p. 29).

Essas rápidas reflexões indicam que o léxico do verbo implementa basicamente os sentidos da frase. O verbo atua de forma particular no universo lexical de

uma língua, e pode ser examinado a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. O produtor do texto, ao selecionar o verbo, já assinala para ajustes relativos àquilo que deseja e como deseja repassar para o interlocutor. Acrescente-se ainda que o gênero orienta a seleção lexical, semântica, sintática etc. Essa orientação requer do produtor do enunciado tessitura textual conformada aos padrões mais gerais do gênero; por isso, importa refletir sobre todos os detalhes de constituição de uma produção de texto.

Os estudos retratados nesta obra procuram, portanto, demonstrar que o léxico verbal regula a estrutura da frase e que essa perspectiva pode lançar alguma luz ao estudo da análise e reflexão linguística e ao ensino da língua portuguesa de uma forma geral, visto que todos os níveis de constituição de uma língua estão interligados.

Verbo: algumas reflexões finais

A relação *actante/caso semântico* demonstrou que não só o lexema verbal dita o tipo de caso semântico que pode ser representado sintaticamente na frase, mas também tempo, modo e aspecto verbal. Verbos modais, como *deixar* e *poder*, que podem, entre tantos sentidos possíveis, exprimir o modo como se encara o processo, atribuem ao caso que se realiza como sujeito um traço de neutralidade diante da ação verbal. Na frase “*Ele poderia, ao efetivar a matrícula, continuar com o serviço*”, *Ele* representa um ser que não controla e não vivencia propriamente a ação desencadeada pelo verbo: é o tema da apreciação. Os verbos modais e o futuro do pretérito impõem espécie de hipótese ou opinião sobre o ser que se realiza como sujeito, o que descarta ação concluída de fato (e, portanto, a recorrência de um **Agentivo**, por exemplo).

Na frase “*Ele escreveu a carta*”, ocorre uma ação de fato; já em “*Ele deveria escrever a carta*”, pode ser que se trate de um conselho ou uma ordem indireta. Neste último exemplo, o traço +controlador não faz parte do caso representado pelo sujeito. Ressalta-se a ideia “*ele deve fazer isso*”: esse tipo de ideia ou conceito entra na caracterização de um caso específico, que precisa ser diferenciado daqueles que refletem seres que de fato agem (tais como o

Agentivo) ou que vivenciam a ação (*Experienciador*). Trata-se, provavelmente, de um *Expositivo*.

Por outro lado, certos verbos que apresentam lexemas que indicam ações cognitivas ou eventos psicológicos também não comportam casos que tenham o traço +controlador: é mais provável que se trate de um *Experienciador*. É o que ocorre nas frases “*Fique quieto*”, “*Escreva a carta*”, “*Fale baixo*” etc. O verbo *ir* pode, em algumas frases, comportar um *Experienciador*, pois não demarca o controle da ação, mas a submissão a ela. Na frase “*Muitos vão para centros de oncologia especializado*”, o verbo indica encaminhamento para tratamento (por médicos, por exemplo).

Um caso que se realize como sujeito, como ocorre na frase “*Uma pessoa honesta, com o tempo, acaba se tornando crítica*”, pode ter o perfil de *Experienciador* (experimenta o processo desencadeado pelo verbo). O *Experienciador* fica em evidência na voz passiva: enquadra-se na condição de passividade e receptividade. Parece exigir o traço +animado, e particularmente o +humano. É o que ocorre, a título de exemplo, na frase “*Alguns são discriminados só por serem pobres*”.

Entretanto, no exemplo “*A violência, de uma forma geral, é causada pelo desemprego, fome e desabrigo*”, o sujeito *A violência* expressa um *Expositivo*. Na frase “*A manifestação gerou a violência*”, a *violência* manifesta-se como *Factitivo*.

Se ocorrer o traço +controlador com o caso que se realiza como sujeito em verbos que denotam eventos psicológicos, parece que o objeto direto pode atuar como um *Opinativo*. Um exemplo seria “*Ela percebeu que os*

projetos foram engavetados". Nessa frase, *Ela* é um **Agentivo**, e o objeto direto, um **Factitivo**.

Em frases como "*Eu sinto um calafrio*", "*Eu sinto frio*" e "*Eu sinto fome*", o caso realizado como objeto direto indica sensações de um **Experienciador**, as quais estão previstas no lexema verbal e podem indicar um **Consecutivo**. O **Opinativo** indica conceitos do tipo *eu acho isso*. Pode ocorrer como predicativo do sujeito (como na frase "*Liberdade é não receber nenhum tipo de violência*"), ou como objeto direto. Neste último, é comum que a estrutura interna seja oracional, como em "*Nós sabemos que a desigualdade social perturba a felicidade de todos*". Também é provável que ocorra **Opinativo** se o núcleo do objeto direto for um complemento nominal, porque este solicita geralmente oração subordinada, como na frase "*Ele percebeu a necessidade de repensar a proposta de pesquisa*" e "*Não há necessidade de a sociedade abrir mão de uma vida normal*".

Os casos **Expositivo** e **Opinativo** retratam manifestações semânticas que representam apreciações, emoções, constatações e opiniões. Tais casos se diferenciam dos demais estatuídos concretamente (como **Agentivo**, com o traço +controlador) e a oração subordinada permite que sejam expressos conceitos mais complexos do que aqueles que podem ser repassados em sintagmas nominais.

Quanto ao **Factitivo**, pode ocorrer com verbos que comportam o sentido de *gerar*, sentido que às vezes se evidencia contextualizado, dependendo da perspectiva lançada na frase, como ocorre "*A palestra proporcionou questionamentos*".

Em “*Entregaram um livro na biblioteca nesta manhã*”, a indeterminação do sujeito é reflexo da perspectiva que envolve a cena: não se indica o conjunto de fatores que representa ser que age, ou porque não se quis ou porque não é preciso ou porque é inconveniente citar todos. O sujeito está somente marcado no verbo, em terceira pessoa do plural, o que significa a existência do *Agentivo*, mas não se quer a sua identificação lexical na referida frase.

Os casos do Grupo *Circunstancial* não são aceitos normalmente na tradição gramatical como complementos verbais, o que exige aqui um sinal de alerta para os professores.

Por fim, destaca-se o posicionamento de Rocha Lima (1985), ao referir-se às subordinadas adjetivas: “emprego das orações adjetivas permite que juntemos ao substantivo características mais complexas, para as quais, muita vez, não existem na língua adjetivos léxicos” (ROCHA LIMA, 1985, p. 239). Em vez de dizer *Maria falou “muita coisa”/“isso”*, é possível apelar para a proximidade e dizer “*Maria falou que você não podia ter ficado com o carro*”.

As observações do gramático referendam o entendimento de que a subordinação rende detalhamentos que esclarecem casos semânticos interessantes nesse sentido, e um deles é o *Factitivo*. Seria produtivo entender que as orações subordinadas são uma forma mais elaborada de expressar ideias. São, além de tudo, ideias vinculadas a uma forma verbal.

Referências

ALLERTON, David John. **Valency and the English Verb**. Londres: Academic Press, 1982.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1986.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Conservação e reúso da água em edificações**. São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=15858. Acesso em: 20 fev. 2020.

BAEZ SAN JOSÉ, Valério. **Fundamentos críticos de la Gramática de Dependencias**. Madrid: Síntesis, 1988.

BORBA, Francisco da Silva. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

COOK, Walter Anthony. **Case Grammar and generative semantics**. In: Georgetown University Working Papers on Language and Linguistics. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1974.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FILLMORE, Charles. Em favor do caso. In: **A Semântica na Linguística Moderna**. O Léxico. Tradução de Lucia Maria Pinheiro Lobato. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

FILLMORE, Charles. The Case for Case Reopened. *In*: COLE, Peter; SADOCK, Jerrold M. (Ed.). **Syntax and Semantics**. Volume 8: Grammatical Relations. New York: Academic Press, 1977. p. 59-81.

GARDEIL, Henri-Dominique. **Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino**. Introdução Lógica. Tradução de Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas cidades, 1967.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Função dos Tempos Verbais. *In*: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 8., 2004, Rio de Janeiro. **Cadernos [...]**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno14-09.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HANISCH, Aluízia. **As preposições regidas por verbos em alemão e português**. 1992. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1992.

HOYOS, Balbina Lorenzo Feijóo. **As estruturas verbais preposicionadas em Espanhol e Português**. 1984. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1984.

HOYOS, Balbina Lorenzo Feijóo. Estructuras básicas de la oración en español y portugués. *In*: **Anuario brasileño de estudios hispánicos**. Brasília, DF: Consejería de Educación de la Embajada de España, 1993. p. 17-31.

HOYOS, Balbina Lorenzo Feijóo. A Teoria das Valências: uma aplicação à língua portuguesa. *In*: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO

DE SÃO PAULO, 45., 1997, Campinas. **Comunicação em Mesa Redonda**. Campinas: Unicamp, 1997.

HOYOS-ANDRADE, Rafael Eugenio. Visión Funcionalista del sintagma nominal español/portugués. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, 9., 1990, Campinas. **Atas** [...]. Campinas: Unicamp, 1990.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. A frase portuguesa: uma visão lógico-semântica e sua estruturação sintática. **Alfa**, São Paulo, v. 30/31, p. 15-35, 1986/1987.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LIBERATO MARTINEZ, Micaela. **Los complementos preposicionales según la gramática dependencial del verbo**: Estudio contrastivo alemán español. 1981. Tesis (Licenciatura) – Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1981.

LIMA, Maria Cecília Pires Barbosa. A Gramática dos casos e o “Dativo”. **Alfa**, São Paulo, v. 26, p. 33-46, 1982.

MACHADO, Ana Maria. **Raul da ferrugem azul**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1979.

MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal do Português do Brasil. **LETRAS**, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995. Editora da UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/download/19069/12374>. Acesso em: 23 mar. 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Vertente Grega da Gramática Tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

NILSEN, Don Lee Fred. **Toward a Semantic Specification of Deep Case**. The Hague. Paris: Mouton, 1972.

NUNES, Lygia Bojunga. **A bolsa amarela**. 22. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

RALL, Dietrich *et al.* **Diccionario de valencias verbales: alemán - español**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1980.

ROBINS, Robert Henry. **Pequena História da Linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática**. 5. ed. rev. São Paulo: Atual, 1983.

SELLA, Aparecida Feola. **Descrição da frase em Língua Portuguesa com base nos pressupostos da Teoria das Valências**. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2000.

SELLA, Aparecida Feola; ROMAN, Elódia Constantino. Analisando o aposto e o predicado nominal. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 26, n. 1, p. 189-202, 2004. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/145/144>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de Syntaxe Structurale**. 2 ed. Paris: Klincksieck, 1966.

VATER, Heinz. On the possibility of distinguishing between complements and Adjuncts. *In: Valence, Semantic Case, and Grammatical Relations*, Volume 1. Amsterdam, John..., 1978, p. 21-40.

VILELA, Mário; BUSSE, Winfried. **Gramática de Valências**. Coimbra: Almedina, 1986.

WOTJAK, Gerd. Acerca de la confección de un diccionario de valencias de verbos españoles. **Beiträge zur Romanischen Philologie**. v. 18, n. 2, p. 307-320, 1979.

